



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 431 - DE 15 A 29 DE ABRIL DE 2012 - R\$ 3,00

Contra a colaboração com os patrões



**Abaixo a campanha de defesa das multinacionais!
Pela independência política e organizativa dos
sindicatos perante o patronato e seu Estado!
Por um plano de luta para enfrentar a crise
econômica, seus efeitos catastróficos e os ataques da
classe capitalista e de seus governos aos explorados!
Que a CUT, Força Sindical, CTB e outras
centrais rompam com a Fiesp, CNI e o governo!**

**Jirau e Santo Antônio:
Resposta operária à repressão contra os lutadores
Oposição revolucionária a Dilma**

Centrais Sindicais servem aos interesses da Fiesp

A manifestação do dia 4 de abril, na Assembleia Legislativa de São Paulo, convocada pela Fiesp e apoiada pela CUT, Força Sindical, CTB, UGT e congêneres, não cumpriu o objetivo anunciado de reunir 100 mil trabalhadores. Estima-se que chegou a 10 mil pessoas. Os patrões e a burocracia sindical dispuseram-se de uma frota de ônibus e de muito recurso para organizar o denominado “Grito de Alerta”. O conteúdo da manifestação se resumiu a reivindicar do governo apoio à indústria. O que para os organizadores trata-se de desvalorizar o real perante o dólar, reduzir os juros, subsidiar o custo da energia elétrica e proibir que os estados continuem com a tal “guerra fiscal”, que favorece os produtos importados.

A burocracia sindical justifica seu apoio ao pleito patronal e se alia a Fiesp sob a alegação de defesa do emprego. No entanto, se verifica que não havia uma só bandeira da classe operária em favor dos postos de trabalho, fim do desemprego e reposição das perdas salariais. A colaboração da burocracia com a patronal chegou a tal ponto que renuncia às reivindicações próprias do proletariado e demais oprimidos e se coloca no terreno econômico da classe capitalista.

A manifestação ocorreu logo após o lançamento de novas medidas do governo Dilma em resposta às pressões da Fiesp, que o acusa de não reagir contra a perda de posição da indústria no conjunto da economia e a “desindustrialização”. O ministro da Fazenda Guido Mantega alega que, ao contrário, o governo tem agido em favor da produção industrial interna, como comprova o “Plano Brasil Maior”, lançado em agosto de 2011 e atualmente aperfeiçoado com novas medidas mais abrangentes. Estima-se que a perda fiscal será de bilhões de reais. Mesmo assim, a Fiesp e seu principal aliado, a Força Sindical, afirmam que tais ações pouco significam para a indústria.

Ocorre que a crise econômica mundial vem derrubando a taxa de lucro média das multinacionais e estas precisam tirar o maior proveito possível dos países semicoloniais, como o Bra-



Bandeiras patronais: as centrais arrastam os trabalhadores a apoiarem reivindicações dos opressores

sil, que as abrigam. Sob a bandeira da defesa da indústria nacional, a Fiesp e as Centrais colaboracionistas saem a proteger os interesses do capital imperialista. Tudo indica que a crise vai avançar e a burguesia atacará os empregos e os salários. Uma das condições de proteção do capital é a de rebaixar mundialmente o valor da força de trabalho. Por ser tratar de uma crise de superprodução, é inevitável destruir forças produtivas, o que resulta em fechamento massivo de postos de trabalho. É o que vem se passando nos Estados Unidos e Europa.

A classe operária e sua vanguarda combativa devem rechazar as mentiras da burocracia sindical e seu apoio aos interesses dos capitalistas e, particularmente, das multinacionais. Ao invés de organizar manifestações pelos pleitos burgueses, há que organizá-las sob um plano de reivindicações dos explorados e com o método da ação coletiva.

Manifesto do POR - 03/04/2012

Abaixo o ato burguês de defesa das multinacionais

Pela independência política e organizativa dos sindicatos perante o patronato e seu Estado

Por um plano de luta para enfrentar a crise econômica, seus efeitos catastróficos e os ataques da classe capitalista e de seus governos aos explorados

Que a CUT, Força Sindical, CTB e outras centrais rompam com a Fiesp, CNI e o governo

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e outras centrais se uniram à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em um movimento supostamente contra a “desindustrialização”. Em 1º de março, assinaram um manifesto sob o título “Grito de alerta em defesa da produção e dos empregos”. A iniciativa partiu das entidades patronais, sob a justificativa de que a indústria brasileira está sendo sacrificada pela concorrência estrangeira, principalmente da China, devido à valorização do real diante do dólar, das altas taxas de juros, pelo

custo elevado da energia, transporte, pela infra-estrutura ineficiente e, observem, pelo custo da mão-de-obra. Como se vê, os males que atingem a indústria vão do A ao Z.

As consequências, segundo a Fiesp/CNI, são a queda da produção, perda relativa da importância da indústria na economia e redução do emprego. Diante desse quadro, as organizações que representam o capital industrial querem que o governo tome iniciativas de proteção. O governo já as vem praticando de acordo com a avaliação de cada setor. A crise aberta em 2008 levou o governo de Lula a reduzir o IPI em alguns ramos da produção,

especialmente para as multinacionais. A indústria automobilística foi uma das mais favorecidas. O governo de Dilma ampliou os subsídios para outros setores e deu um passo a mais com a denominada “desoneração da folha de pagamento”, que livra os capitalistas da indústria a recolher o valor de 20% para o INSS e os taxa em 1,5% sobre o faturamento. Os burgueses reclamaram que pouco mudou. Então o governo anunciou que poderá taxar em 1%, o que reduzirá a participação dos exploradores na cota do fundo da aposentadoria. A burguesia e seus especialistas vivem atacando a Previdência como o mal dos males. Logo voltarão à carga sobre o famoso déficit, que deve ser resolvido em favor dos interesses patronais.

Os trabalhadores conscientes sabem que produzem toda a riqueza e que recebem da classe capitalista uma ínfima parte em salário, aposentadoria e serviços sociais. No entanto, os exploradores têm de responsabilizar a folha de pagamento e a aposentadoria como causadores da perda de concorrência. Em todo momento, jogam seus especialistas nos jornais a mostrarem que é urgente uma reforma trabalhista. O governo de Dilma está forjando uma resposta a essa exigência. Não é difícil que seja verdadeira a informação de se criar um novo tipo de contratação, que seria o eventual (ganha quando é chamado a trabalhar) e o horista (ganha por hora trabalhada). Lembremos que está em tramitação a legalização do bárbaro sistema de mão-de-obra terceirizada.

Trabalhador e trabalhadora, observem o que se montou ou se está montando na oficina do diabo do Estado burguês: golpe sobre a Previdência, segurança jurídica à terceirização, desoneração da folha de pagamento e invenção de novos tipos de contratação. Trabalhadores, vocês acham que a CUT, Força, CTB, etc. deveriam assinar um manifesto com os capitalistas e realizarem no dia 4 de abril um ato político? Achamos que não! Essa união é uma traição e um crime contra o trabalho!

Mas vejamos outros aspetos dessa união traiçoeira. As centrais reivindicam que o governo abaixe os juros, com o argumento de que os empresários poderão investir mais na produção e criar empregos. O trabalhador pensará: por que não? Se é para criar empregos, topo na hora! Falso. Em torno da taxa de juro, existe uma disputa entre o capital industrial e o capital financeiro, no sentido de quem terá maior margem de lucro. Agora, vemos que os juros em questão são os da taxa Selic, controlada pelo Banco Central, que abaixou de 11,5% para 9% ao ano. Essa taxa está presa à dívida pública. É com ela que o Tesouro Nacional remunera os investidores, que ganham com a especulação. Se a CUT propusesse à Fiesp/CNI fazer um ato pelo cancelamento da dívida e fim de todo pagamento para eliminar a Selic, responderiam que os sindicalistas estavam loucos. Governo e toda burguesia estão unidos em torno do pagamento de bilhões de reais anuais somente em juros da dívida pública. Mas há outro tipo de juros: aquele que remunera os bancos que emprestam para o consumo popular. As massas assalariadas estão penduradas no crediário, que lhes arranca o couro. A inadimplência está crescendo, porque muitos não conseguem pagar juros de 50% ou mais ao ano. O que diria a Fiesp/CNI se a CUT propusesse reduzir os juros do consumidor para 9% ao ano, como a Selic? E que se o trabalhador perder o emprego, imediatamente sua dívida será cancelada? Vocês já sabem qual seria a resposta. O que de fato os industriais querem é que o Tesouro Nacional subsidie os juros para rolar suas dívidas e ativar seus negócios.

O problema não pára por aí. O Sr. Paulo Skaf reclama que o

real está muito valorizado e que isso prejudica a exportação. O que Skaf quer do governo? Que coloque fim no câmbio flutuante? Que o Estado levante barreiras alfandegárias? Que acabe com a entrada do capital especulativo? Não! O Sr. presidente da Fiesp quer que o governo reduza o custo de produção interna, estendendo subsídios, reduzindo impostos, cortando gastos públicos, reduzindo os salários, demitindo funcionários, promovendo a reforma trabalhista, direcionando o orçamento para obras de apoio aos industriais (estradas, portos, aeroportos, etc). E se a CUT, ao contrário, propusesse ao Sr Skaf uma intervenção do Estado no comércio exterior, nacionalizando-o e retirando-o do poder de meia dúzia de exportadores, importadores e banqueiros? Também sabemos a resposta.

Por último, afinal de que indústria nacional se está falando? Os ramos fundamentais da indústria estão inteiramente sob o controle do capital multinacional: automotivo, eletrodoméstico, químico, etc. O seu planejamento econômico-financeiro é concebido e ditado em última instância pelas matrizes. Não há causas nacionais para o capital imperialista, a não ser a intervenção das potências sobre a maioria dos países semicoloniais. A Fiesp joga a culpa sobre a China pela invasão de mercadorias. Mas boa parte provém das multinacionais norte-americanas, alemãs, francesas, etc que operam na Ásia. Não se deve desconhecer que os Estados Unidos são superavitários nas transações comerciais com o Brasil. As montadoras aqui instaladas impõem suas condições de produção, de preço, de importação e exportação. A bandeira de proteção da indústria em geral serve aos interesses antinacionais.

É falso que a CUT, Força e CTB estejam defendendo o País e os trabalhadores, unindo-se à Fiesp/CNI. A Volkswagen acabou de obter um novo acordo de flexibilização por 5 anos que ferra a situação trabalhista dos metalúrgicos. A Mercedes Benz, certamente, está exigindo o mesmo e por aí vai. O problema fundamental enfrentado pelas multinacionais, no momento, é o de como manter sua lucratividade nas condições de crise geral do capitalismo e de tendência de queda da taxa de lucro.

A burguesia brasileira fracassou historicamente em desenvolver uma indústria genuinamente nacional. Não fez senão expressar a criação do capitalismo de fora para dentro e sua incorporação na economia mundial pelas mãos das potências. Não por acaso, a Fiesp e a CNI não passam de representantes do capital multinacional. Tanto a CUT dirigida pelo PT quanto a Força, pelo PDT, estão condicionadas pelo que acontece nos ramos monopolizados da indústria desnacionalizada. A CTB segue-as sob a diretriz colaboracionista do PCdoB estalinista.

O manifesto e o ato político “Grito de alerta em defesa da produção e dos empregos” representam a defesa dos interesses das multinacionais, não têm a ver com a produção e os empregos nacionais. É preciso ser denunciado e rechaçado. É preciso, ainda, observar que essa movimentação do empresariado perante o governo de Dilma é motivada pela crise que explodiu nos Estados Unidos e continua a se espalhar por todo o mundo. A burguesia disputa entre si as perdas e ganhos, porém suas frações se unem para atacar os empregos, salários, aposentadorias, gastos sociais dos governos, e assim aumentar a taxa de exploração do trabalho.

O governo petista criou a ilusão nas massas oprimidas de que o capitalismo pode ser renovado e todos saírem ganhando. Por um momento particular da economia mundial, o caudilho Lula teve como despertar essa crença. Mas já no governo Dilma, os explora-

dos estão diante da fragilidade do crescimento econômico. A queda na produção industrial foi brutal no ano passado. E a economia como um todo despencou de 7,5% para 2,7% de crescimento do PIB. As medidas reativas do governo e os negócios do PAC/Copa/Pré-sal poderão evitar uma recessão imediata. Enquanto houver possibilidade positiva do mercado interno, as potências pressionarão para maior abertura para suas mercadorias e para a invasão do capital financeiro. As contradições e choque de interesses aumentarão. A burocracia sindical se escora na fração capitalista industrial e multinacional para evitar um confronto da classe operária contra os exploradores e seu governo. A Fiesp e CNI procuram o apoio das centrais, sabendo que comungam com o governo petista, que enfrenta uma mudança na situação política provocada pela crise econômica. Está aí por que a classe operária se encontra sindicalmente desorganizada para combater as medidas antipopulares do governo e os ataques já anunciados pela classe capitalista. Há que se lutar vigorosamente pela independência das organizações sindicais perante a burguesia e seu Estado.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os operários a não participar o ato da burguesia e da burocracia sindical. *Defen-*

de de que as centrais rompam com o movimento dos exploradores e levanten suas reivindicações próprias. Está colocado que constituam uma frente única de defesa dos assalariados e demais oprimidos contra a crise e o ataque da burguesia. Cabe convocar assembleias em todos os sindicatos para se apresentar a realidade crua e nua da decomposição da economia capitalista, rechaçar as saídas bárbaras da burguesia e aprovar um plano de reivindicações, que parta da defesa do emprego impondo a estabilidade e a redução da jornada de trabalho, por meio da escala móvel das horas de trabalho; implantação de um salário mínimo vital equivalente às necessidades reais de uma família trabalhadora, com escala móvel de reajuste; proteção da juventude contra a pobreza e miséria, que nenhum jovem fique fora da produção e da escola, instituindo uma jornada de 4 horas no trabalho e o restante para o estudo e lazer; garantia de locomoção aos jovens desempregados por meio do passe livre; expropriação dos latifúndios, entregando as terras aos camponeses. Diante do fechamento de fábricas ou de sua transferência para outros estados ou países, ocupá-las e impor o controle operário da produção, que deve servir de experiência para a luta geral do proletariado contra a classe capitalista.

Compromisso tripartite

No dia 1 de março de 2012, foi lançado o documento intitulado “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, resultado do acordo entre as Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, NCST, UGT e CGTB), sindicatos do ramo, entidades patronais e o governo federal.

Após a aceitação do “Compromisso”, foi criada a “Mesa Nacional Tripartite Permanente para Melhoria das Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, que tem o caráter tripartite e paritária. O governo estará representado pela Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, Ministério do Trabalho, Previdência, Esporte, Planejamento, da Educação, Minas e Energia, Integração Social, Transportes e Direitos Humanos. A Mesa Nacional Tripartite deliberará por consenso e será coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Trata-se da retomada das Câmaras Setoriais (criadas na década de 90) que serviram para conter o conflito de classe entre a patronal e os metalúrgicos do ABC e impor a flexibilização do trabalho. O documento e a Mesa Nacional têm a função de disciplinar as greves, que vêm ocorrendo nas usinas de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, nas obras do PAC e nas construções ligadas à Copa do Mundo.

Destacamos alguns aspectos que fundamentam a conciliação de classe, para que os trabalhadores possam compreender o papel traidor dos burocratas sindicais.

1. Sobre a contratação de mão de obra

O “Compromisso” determina que os “processos de recrutamento, de intermediação, de pré-seleção, seleção de trabalhadores para as obras da Construção” tenham como objetivo “coibir a prática de intermediação ilícita e a contratação precária”. Cabendo aos empresários “disponibilizar as ofertas de vagas no Sistema Público de emprego por meio do SINE, promover, sempre que possível, a intermediação e pré-seleção pelo SINE e contratar, preferencialmente, trabalhadores oriundos do local de execução dos serviços”. E aos sindicatos “participar, quando possível, do processo de busca de trabalhadores para vagas disponíveis”

Observações: 1) Está clara a farsa quando não se determina que os patrões devem cumprir um único critério: contratação direta pela empresa com carteira assinada (assim estaria proibida qualquer outra forma de contratação, como terceirização ou informalização; 2) Atribui à burocracia sindical a função patronal de selecionar trabalhadores, fortalecendo as agências de contratação.

2. Sobre a formação e qualificação dos trabalhadores

O documento diz que “as partes se comprometem com a elaboração e participação nos Planos de Qualificação Profissional”. Assim, as Centrais e sindicatos deverão “participar da comissão de concertação de elaboração dos Planos de Qualificação, das ações de monitoramento, controle e avaliação”.

Observações: 1) A “qualificação” é uma necessidade dos capitalistas para explorar a força de trabalho, serve como filtro de contratação e demissão; 2) Ao atribuir aos sindicatos e Centrais a tarefa da “qualificação”, se fortalece o poder da burocracia e se alimenta a corrupção em torno dos cursos de qualificação.

3. Sobre a saúde e segurança

O “Compromisso” deverá “promover o cumprimento da legislação existente e a dotação de medidas adicionais de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho”. Assim, os três setores se comprometeram a constituir o “Comitê de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho”, formado por representantes das CIPAS.

Observação: Está comprovado que as CIPAS não servem para prevenção e fim dos acidentes de trabalho, uma vez que são controladas pelo patronato. A forma de combater a mutilação físico e mental e as mortes ocorridas no processo de exploração do trabalho é a de a classe operária impor por meio da luta suas comissões de fábricas independentes e o controle coletivo da produção.

4. Sobre representação sindical no local de trabalho

O documento considera que o “aperfeiçoamento das condições de trabalho deve basear-se na ampliação do diálogo so-

cial...O diálogo social envolve a negociação, a troca de informação e a consulta entre as partes envolvidas". "O diálogo social no local de trabalho é uma forma eficaz de se evitar conflitos laborais que afetam negativamente o andamento das obras". A comissão de trabalhadores será composta de 1 representante e até 7 membros, dependendo do número de empregados. Os representantes serão indicados pelo sindicato de trabalhadores preponderante. E cabe à Mesa Nacional Tripartite elaborar o regimento de funcionamento da comissão de trabalhadores.

Observações: 1) A "representação" proposta é burocrática e patronal; 2) a diretriz do "diálogo social" é a de submissão dos operários por meio da colaboração de classe exercida pela representação burocrática; 3) A tarefa do movimento operária é a de conquistar as comissões de fábrica, eleitas diretamente pelos operários e colocadas sob o controle coletivo das assembleias de fábrica.

5. Sobre as diretrizes de ação

Aos patrões, cabe "engajar-se com o sindicato para a implantação da representação sindical no local de trabalho". Uma vez criada, engajar-se de boa fé em negociações e consultas para a resolução de problemas...". Por sua vez, cabe aos sindicatos e centrais indicarem os membros da comissão e "engajar-se de boa fé nas negociações..."

Observações: O conceito moral de "boa fé" é utilizado para condenar a luta de classes e combater as greves; 2) A "boa fé" dos capitalistas está na razão direta da necessidade de exploração do trabalho e acumulação de capital; 3) A "boa fé" exigida dos operários é a de se subjugarem à escravidão assalariada.

CSP-Conlutas perante o "Compromisso Nacional"

Em março de 2011, a Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-C) rompeu com a mesa de negociação criada pelo governo para responder às greves nos canteiros de obras de Jirau e Santo Antônio, que eclodiram radicalizadas e fugiram ao controle do patronato, governo e burocracia sindical. O motivo de não continuar com a participação se deveu às demissões de centenas de grevistas. A CSP-Conlutas denunciou o ataque patronal-governamental e como gesto concreto abandonou a mesa de negociação. Ao contrário, a burocracia da CUT e Força Sindical se manteve e passou, assim, a colaborar com a repressão.

Depois de alguns meses, a mesa de negociação tripartite (patronato, governo e sindicatos) publicou um longo termo de intenção denominado "Compromisso Nacional Para Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção". O documento não poderia ter por diretriz senão a conciliação de classe. Ou seja, estabeleceu as bases políticas e sindicais para unir patrões, governo e burocracia contra as greves.

A ruptura da CSP-C com a mesa tripartite livrou-a de ter de rechaçar o documento ou de assiná-lo. No ato de lançamento do "Compromisso Nacional", em 1º de março do presente ano, no entanto, esteve presente e decidiu retornar à mesa de negociação. A justificativa se baseia no argumento de que é importante sua participação, considerando a possibilidade de novas greves e a necessidade de exigir que seja colocado em prática e de acompanhar a "implantação do referido termo".

O rompimento da CSP-C não passou de um protesto, uma

6. Sobre as condições de trabalho

O "Compromisso" estabelece que as entidades patronais e dos trabalhadores se "comprometem a buscar, através da negociação coletiva, a fixação dos salários e sua revisão periódica, o piso, os benefícios, a jornada e condições de transporte".

Observações: 1) As soluções negociadas sobre salário, jornada e direitos pressupõem que os operários renunciem a suas reivindicações integrais e aceitem as migalhas que os patrões julguem convenientes; 2) A relação de classe no processo de trabalho se dá pela imposição do capitalista proprietário dos meios de produção aos operários, que vendem a força de trabalho, e não por harmonia; 3) O método da classe operária impor ao patronato suas reivindicações é a da ação direta, que tem por conteúdo a luta de classe e não a conciliação.

7. Sobre as relações com a comunidade

O documento retoma o conceito do "diálogo social", como "método privilegiado e imprescindível para sua consecução". Destaca que "mais do que um método de gestão de governo, ou ato de responsabilidade social das empresas, incluir a sociedade nos termos desse Compromisso se mostra como condição essencial para que as grandes obras (...) resultem em desenvolvimento social e econômico para todos".

Observações: 1) O documento conclui com a posição de que cabe aos patrões e operários irmanados apoiarem a política econômica do governo Dilma; 2) A CUT e a Força Sindical fazem parte da governabilidade burguesa, assim assinam em nome de todos os explorados um documento contrário às suas necessidades; 3) A tarefa dos operários é a de rejeitar o "Compromisso Nacional e a Mesa Tripartite".

vez que não condicionou sua volta à readmissão de todos os demitidos da greve de 2011. A decisão de se reintegrar à Mesa Nacional Permanente, pelo visto, resultou de uma reavaliação.

O texto "Sobre a participação da CST-Conlutas na Mesa da Indústria da Construção" não diz se foi um erro ter rompido. Tudo indica que a sua direção concluiu que sim, já que as demissões continuaram a ocorrer e não mais compareceram como obstáculo ao retorno. Na greve de Jirau de 9 de março a 2 de abril de 2012, os patrões não somente demitiram como exigiram a prisão dos operários mais combativos, cumpridas pela força policial de intervenção do governo. Cerca de 100 foram presos. Mesmo assim, a CST-Conlutas manteve a decisão de voltar à câmara setorial montada pelo governo, empresários e burocracias.

A reavaliação do rompimento, ao nosso ver, está expressa na declaração da CST-C de que usará seu assento para exigir a aplicação do termo de compromisso e "buscar ser uma interlocutora dessas lutas e reivindicações." Coloca como condição de permanência não mais um posicionamento da Mesa tripartite a não demissões. Em seu lugar, formula uma exigência geral: "Caso se tente usar esse espaço para retirar algum direito ou para buscar dar legitimidade a algum ataque dos empresários sobre os trabalhadores, seremos veementemente contrários, pois nunca integraremos um espaço que sirva para rebaixar direitos dos trabalhadores visando a preservar o lucro dos grandes empresários."

A questão é: as demissões e prisões dos grevistas não con-

tam com a convivência da Mesa tripartite? Não temos a menor dúvida de que sim! Estava certa a CSP-C em se retirar do aparelho patronal-burocrático. E não está correto, agora, colocar as demissões de lado para fazer o retorno.

Vamos, porém, supor que a CSP-C devesse voltar à Mesa com o objetivo “oposto” ao do governo e patrões de constituírem uma câmara setorial colaboracionista e com o objetivo de “levar para essa mesa o reflexo dessas mobilizações e greves”. Nesse caso, não deveria caracterizar, denunciar e rechaçar o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção”? Evidentemente que sim! Mas não o faz.

É dever classista mostrar para os operários que o “Compromisso Nacional” objetiva impor a política burocrática de conciliação pró-patronal da CUT e Força Sindical. A união tripartite resultou da necessidade de sufocar o movimento grevista nas obras do PAC. As chamadas diretrizes que constam no documento estão condicionadas pelo “diálogo social, como método privilegiado e imprescindível para sua consecução.”

Mas continuemos com a hipótese de que foi correta a volta da CSP-C, de que é possível intervir na mesa tripartite em defesa dos interesses dos trabalhadores e usá-la em favor da ação direta, então caberia à sua direção explicar às bases porque não assinará o termo de compromisso e colocar-se pelo rompimento da CUT e da Força com a linha de conciliação de classe. É preciso ter claro que a ruptura com a Mesa tripartite evitou que a CST-C participasse dos oito meses de “concertação”, que concluíram com o documento “Compromisso Nacional”, de 1º de março. A CSP-C fez a denúncia dos termos anti-operário e antigreve do documento perante os trabalhadores? Pela declaração sobre o seu retorno à Mesa tripartite, assinado pela Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, temos apenas a exposição do objetivo de fazer cumprir o “Compromisso Nacional”, baseado em 10 pontos (a mesma data base, aumento geral de salários, nenhuma demissão, etc.).

Pois bem, o “Compromisso Nacional” não traz nada de concreto sobre as principais reivindicações da greve. O documento é concebido como Planos de Ação. Caberá a cada uma das partes (governo, patrões e burocracia) apresentarem seus planos com parâmetros já estipulados à Mesa Nacional Tripartite, que finalmente decidirá. A Mesa assegura maioria aos patrões, uma vez que o governo é patronal. E as decisões deverão sair por consenso. O que quer dizer que as centrais deverão se curvar diante do acordo entre governo e capitalistas.

Há um ponto do Plano de Ação que mereceu cuidado especial dos seus elaboradores – trata-se das “Diretrizes Sobre Representação Sindical no Local de Trabalho”. Ali está prevista uma “representação” completamente controlada pela burocracia e pela patronal. A CST-C defende sua aplicação?

Observamos que a Executiva da CST-C se meteu na arapuca montada pelo governo, com a colaboração da CUT (PT), Força Sindical (PDT) e CTB (PCdoB). Primeiro rompe com a Mesa; depois volta a integrá-la sob as diretrizes do documento patronal “Compromisso Nacional Para Aperfeiçoar As Condições de Trabalho Na Indústria da Construção”, com o fantasioso objetivo de lutar para que seja cumprido. A conduta política de romper com a Mesa, denunciando as demissões, e, em seguida, de voltar sob a bandeira de cumprimento do Compromisso

revela a política de zigzague típico de uma burocracia sindical centrista.

O Partido Operário Revolucionário rechaça a volta da CST-C à Mesa Tripartite e o anunciado objetivo de que se cumpra o “Compromisso Nacional”, uma vez que em sua essência se encontra a política de colaboração de classes e de burocratismo sindical. As reivindicações dos trabalhadores de Jirau, Santo Antônio e de toda construção civil são claras, há que conquistá-las com as greves e com a organização independente.

O levante contra a escravidão nas obras assustou as empreiteiras e o governo, que trataram de reprimi-lo com a Força Nacional de Segurança, com demissões e prisões de líderes que surgiram instintivamente da ação coletiva. Mas não bastou a violência reacionária do Estado. Então a Secretaria-Geral da Presidência da República interveio no sentido de abrir caminho para a burocracia sindical e o patronato chegarem a um acordo sobre como sufocar o descontentamento dos explorados da construção civil. Juntamente com o Ministério Público, estabeleceu-se o “Termo de Compromisso” e a constituição da “Mesa Tripartite”, com poderes de decisão consensual.

Repetimos, a CSP-C agiu corretamente em denunciar as demissões e acusar a Mesa tripartite de aceitá-las. Mas erra ao voltar e legitimar o “Compromisso Nacional”, exigindo sua aplicabilidade. Com essa manobra, a CSP-C pretende se colocar como esquerda ao lado da burocracia sindical pró-governamental no quadro de uma relação política ditada pela conciliação de classe. Esse passo indica que a direção da CSP-C – diga-se orientada pelo PSTU – procura o caminho da institucionalidade para sua construção. O seu Congresso do final de abril deve discutir e votar pelo não retorno à Mesa governamental.

Proposta de resolução ao Congresso da CST-Conlutas

O Congresso avalia que foi correta a posição da CST-Conlutas em romper com a “Mesa Nacional Permanente Para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, acusando-a de aceitar as demissões de grevistas das obras de Jirau e Santo Antônio. E considera incorreta a decisão da Executiva Nacional de reintegrar a CSP-C a ela desconhecendo as demissões e lançando a bandeira de “imediate aplicação do Compromisso Nacional nos canteiros de obra”.

O Congresso rechaça o documento “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção” por ser um instrumento do governo, dos capitalistas e das burocracias para disciplinar e domesticar o movimento coletivo dos trabalhadores. Em contraposição, o Congresso defende as reivindicações que motivaram as greves, exige que o patronato e o governo as acatem e coloca-se por organizar o movimento operário sob a política revolucionária de independência de classe.

O Congresso também estabelece como tarefa que a CSP-C faça uma campanha pela derrubada da Lei anti-greve, pelo fim da indústria das multas anti-grevistas e pelo direito irrestrito de manifestação coletiva dos explorados.

Com essa resolução, o Congresso aprova que a CSP-C mantenha a decisão original de denúncia e ruptura com a Mesa Tripartite e o Compromisso Nacional e que trave a luta política para que a CUT, Força e CTB rompam com o governo e com os patrões.

Resposta operária à repressão contra os lutadores

A greve nas usinas de Jirau e Santo Antônio

A paralisação iniciou com 1.500 trabalhadores terceirizados da Enesa, no dia 9 de março. Três dias depois, os 14 mil operários da Camargo Corrêa se colocaram em greve. No dia 20, os 15 mil trabalhadores da usina Santo Antônio se uniram aos demais. Foram 23 dias de greve. As ações radicalizadas da greve de 2011 ainda eram temidas pelas empreiteiras, governo e direções burocratizadas. Assim, mal iniciou a greve em Jirau, a Odebrecht agiu duramente contra os operários da usina de Santo Antônio.

A disposição de luta se evidenciou desde as primeiras horas. A Camargo Corrêa, Odebrecht e a Enesa recorreram à polícia, a Força Nacional de Segurança e à Justiça. Os piquetes foram combatidos pela repressão do Estado, que contava com o aparato local e a polícia anti-greve (Força Nacional de Segurança), criada pelo governo Lula. A justiça impôs pesadas multas e ameaçou de prender o presidente do sindicato.

A greve foi encerrada no dia 2 de abril, depois de muita ameaça da patronal. Mas o descontentamento de uma parcela de grevista se evidenciou. Após o retorno ao trabalho, houve o incêndio nos alojamentos, a prisão de mais de uma dezena de operários e uma intimidação por meio da triagem, com o argumento de que havia trabalhadores que desejavam o retorno aos estados de origem.

Uma avaliação desses acontecimentos permite extrair as lições para o conjunto da classe operária e possibilita compreender as tarefas oriundas dessa rica experiência do proletariado brasileiro. Objetiva, também, exigir uma campanha pelo direito de greve, fim da lei anti-greve, das ameaças, perseguições, processos, demissões e prisões dos grevistas.

O acordo que suspendeu a greve

Novamente, a greve pegou as direções sindicais de surpresa. A data-base é no mês de maio e a pauta de reivindicações previa 30% de reajuste, pagamento de 100% das horas-extras e elevação do cartão alimentação. Mas, o movimento explodiu dois meses antes.

A situação dos operários que trabalham nas terceirizadas beira à escravidão. A exemplo da WPG Construções, subcontratada do consórcio ESBR, que abandonou o serviço, deixando os trabalhadores sem pagamento e sem dar baixa na carteira. As empresas exigem o cumprimento das horas-extras, mas não pagam, a exemplo da Enesa. Assim, as precárias condições de trabalho, alojamento, moradia, atendimento médico foram o estopim da greve.

Os motivos são os mesmos do levante de março de 2011, que durou 28 dias. O governo, empresários e dirigentes sindicais, aterrorizados com a radicalização da greve, armaram um pacto. Com o nome de “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil”, pretendiam conter o avanço das greves nas obras do PAC, da Copa e nas Usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Porém, as



empreiteiras e o governo estão sedentos pelos lucros e pela vitrine do Brasil na Copa do Mundo. Dessa forma, mantêm a brutal exploração sobre o operariado. Os burocratas sindicais foram usados como peças fundamentais para conter as paralisações e combater os métodos radicais que vinham sendo usados nos levantes. Não por acaso, diante da atual greve, são os defensores do judiciário, como diz Manoel Messias da CUT: “o Judiciário é importante na mediação dos conflitos”. Lamenta, apenas, o julgamento da ilegalidade da greve, deixando de funcionar “como instrumento de avanço social”. Essa tagarelice do cutista esconde o papel de serviçal do Estado das direções sindicais.

Diante do avanço do movimento, as empreiteiras apresentaram a proposta de antecipação de 5% e o vale alimentação de R\$ 200. Prontamente, a assembleia rejeitou e se posicionou pela continuidade da greve. As empreiteiras procuraram intimidar e criminalizar o movimento, como forma de quebrar a unidade. Fato que ocorreu no dia 27/3 com a decisão dos operários da Enesa de suspensão da greve. O impasse se instalou nas assembleias dos trabalhadores da Camargo Corrêa, com a divisão do movimento. A burocracia sindical propôs que fosse realizada uma votação em urna, no dia 28, sobre a suspensão da greve. A partir daí, os patrões reforçaram as ameaças, usaram a TV para convocar o retorno ao trabalho e ampliaram a repressão nas usinas. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira (Conticom), Cláudio Gomes, enfatizou o que o patronato precisava: “É perceptível que há uma maioria que quer retornar ao trabalho, mas esse grupo minoritário é extremamente barulhento e agressivo com quem deseja trabalhar”. O pelego queria quebrar a greve.

Havia uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho. Compareceram os representantes da Camargo Corrêa e da Odebrecht. Usaram de todos os meios para vencer a Justiça de que não poderiam se comprometer com mais de 5% de antecipação, em função da crise econômica e do reajuste acima da inflação, concedido em 2011. Depois de muitos choramingos, as milionárias empreiteiras aceitaram 7% de antecipação, elevação do Big Card, de acordo com a escala de vencimentos. Assim, os operários que recebem R\$1500, a antecipação é de 5% e o vale alimentação é de R\$200. Portanto,

uma esmola diante da violenta exploração e dos lucros exorbitantes das empreiteiras.

A tarefa concedida aos burocratas sindicais e a reação dos operários

Depois da audiência, coube às direções sindicais convocar a assembleia para referendar o acordo. Assim, no dia 2 de abril, a assembleia aprovou a suspensão da greve e aceitação da proposta escalonada de antecipação salarial. Portanto, a tarefa que cabia aos dirigentes havia sido cumprida, apesar dos protestos dos operários que não aceitavam o acordo conciliador. Assim, reportou o presidente pelego da Conticom: “Nós cumprimos a nossa parte de voltar às atividades”(…) “cabe ao consórcio cuidar da segurança”. Uma clara alusão da necessidade de reprimir os descontentamentos, caracterizados como de “minorias”.

Uma das exigências da Justiça do Trabalho foi a presença do Ministério do Trabalho na assembleia. A intervenção governamental se fez presente de várias formas, essa foi uma delas. Sob ameaça, os dirigentes sindicais deveriam conduzir a assembleia para a suspensão da greve, caso contrário estava cancelado o acordo de conciliação.

Mas o descontentamento de uma parcela de grevistas continuou e foi motivo de crítica dos burocratas vendidos. Na madrugada do dia 3, o ódio contra a precariedade dos alojamentos foi manifestado por meio do incêndio. Os dirigentes sindicais responsabilizaram os operários que protestaram na assembleia. Foram mais longe. O Sr. Cláudio Gomes disse que “as decisões têm motivação política e uma orientação externa... não são entidades sindicais”. Dessa forma, prestavam serviço à polícia e às empreiteiras.

A prisão de operários, a caça desenfreada dos possíveis responsáveis e o deslocamento de milhares para o ginásio de esportes da capital para o “processo de triagem” foram os mecanismos para aterrorizar os trabalhadores e garantir a “normalidade” nas usinas.

A lei anti-greve e a intervenção militar

No dia 15 de março, o Tribunal Regional do Trabalho realizou o julgamento da ilegalidade e da abusividade da greve, a multa diária de R\$ 200 mil e o retorno imediato ao trabalho. No dia 21, a desembargadora federal do trabalho declarou abusiva e ilegal a greve da usina de Santo Antônio. E no dia 28, as empreiteiras recorreram ao Interdito Proibitório, alegando a ação de piquetes na entrada e saída dos canteiros de obras. Mas, os operários mantiveram a greve. O dirigente Cláudio Gomes lamentou a decisão da Justiça de condenar a greve, dizendo: “A Justiça do Trabalho, infelizmente, está presa ao ritual daquilo que prevê a lei de greve e não considera os fatos sociais”. O representante da CUT, Manoel Messias, criticou a Justiça com o argumento de que “Primeiro criminalizou trabalhadores e sindicato, declarou a greve ilegal, para depois se preocupar na busca de uma negociação”. E concluiu: “O poder Judiciário acaba por cumprir esse papel histórico e não funciona como instrumento de avanço social”. Portanto, ambos apenas lamentam a ação repressiva, quando trabalham para desorganizar a greve e frear o ímpeto da vanguarda combativa. Querem uma Justiça imparcial e democrática nos marcos do Estado burguês, que é sobretudo o domínio da ditadura de

classe da burguesia.

A repressão policial foi exigida pelas empreiteiras. Houve a reunião entre a Secretaria de Segurança e a Camargo Corrêa. O pedido de reforçar a repressão aos grevistas foi complementado com a utilização da Força Nacional de Segurança, aparato militar destinado a combater as greves e manifestações dos trabalhadores. No ano passado, por ocasião da greve na usina, a CUT anunciou que havia um acordo com a Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, de retirar a Força Nacional, com o argumento de que a função não era agir como segurança privada. O tal compromisso não se efetivou. O governo continuou usando o aparato militar para conter as greves e a CUT ficou de mãos atadas diante da ação da Força Nacional de Segurança.

A Camargo Corrêa ficou surpresa com o incêndio aos alojamentos, já que a obra estava sob a patrulha da Companhia Estadual de Operações (COE) e da Força Nacional de Segurança. Certamente, exigirá maior controle policial das greves e no dia-a-dia da usina. Foi o que ocorreu após a suspensão da greve. As usinas estão sendo patrulhadas pela Força Nacional de Segurança e pelo COE.

Não há direito de greve

O Estado é o poder de coação de uma classe sobre as outras. No capitalismo, o Estado é a expressão da propriedade privada dos meios de produção, do domínio da burguesia sobre a maioria explorada. Por isso, age em defesa da propriedade privada. Os trabalhadores recorrem à greve para proteger sua força de trabalho diante da exploração do capital. As leis de disciplinamento das greves têm a função de preservar o direito burguês da propriedade e do uso da mão de obra. No Brasil, as leis sobre o direito de greve são, na verdade, leis antigreve.

Assim, a Lei 7.783, aprovada em junho de 1989, impõe duras medidas contra o direito de greve. A Lei exige a convocação de assembleias operárias e o quórum para a deliberação da paralisação, a notificação aos patrões com antecedência de no mínimo 48 horas ou 72 horas (serviços considerados essenciais). Proíbe os piquetes e legaliza o descumprimento da decisão coletiva da assembleia que aprovou a greve, por meio do direito individual de acesso ao trabalho. Pune com demissões e criminalmente os grevistas que praticarem atos contra a propriedade. E impõe o julgamento da greve como ilegal e abusiva pela via da Justiça do Trabalho, que estabelece as multas e outras penalidades aos sindicatos e aos grevistas.

Recentemente, o PSDB, por meio do senador Aloysio Nunes, criou um projeto de lei para as greves no funcionalismo. O PL 710/2011 está para ser votado. Pretende criar regras mais rígidas, que vão desde a contratação temporária de servidores para substituir os grevistas até o pagamento de no máximo de 30% dos dias parados. E reforça a proibição de greve no setor da polícia e dos bombeiros.

Apoiados nesse conjunto de medidas anti-greve, os capitalistas agem duramente para combater a luta dos explorados. A burocracia sindical, que por vezes lamenta o teor da Lei, não move uma palha para combatê-la. Ao contrário, submete as greves aos prazos e exigências da Lei.

Os operários das usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte estão obrigados a enfrentar a lei anti-greve, apesar dos

discursos legalistas e pacifistas dos burocratas sindicais. Sem um combate nas ruas, a Lei anti-greve é um obstáculo à luta por salário, emprego e melhores condições de trabalho.

Jirau e Santo Antônio se erguem sob a luta dos operários

Desde o início da construção das usinas no rio Madeira, as greves estiveram presentes. Em setembro de 2009, os operários das usinas de Jirau e Santo Antônio ganharam às ruas de Porto Velho, demonstrando o quanto são explorados e exigindo salário e condições elementares de vida nos alojamentos. O movimento grevista foi sufocado pelas direções burocráticas, em nome de uma promessa de negociação com as empreiteiras. No dia 19 de abril de 2010, os trabalhadores da usina Santo Antônio se levantaram contra a exploração, a falta de médicos, iluminação etc. A radicalização levou a quebra de vidraças, extintores de incêndio e ameaçaram a queimar os colchões. A repressão foi violenta. Houve a demissão de 50 e a prisão de 4 operários. No dia 23, do mesmo mês, houve nova paralisação em função do não pagamento das horas extras. A Camargo Corrêa se comprometeu em negociar o pagamento e as direções sindicais em suspender a greve. A revolta dos trabalhadores ganhou força no ano de 2011. Em 15 de março, o ódio de classe se manifestou por meio da ação radicalizada contra as dependências da usina de Jirau. Os operários atearam fogo em caixas eletrônicas, escritórios, restaurante, carros da empresa e alojamentos. O estopim foi a agressão de um operário pelo motorista de ônibus que transporta os trabalhadores. O governo Dilma, a mando das empreiteiras, acionou a Força Nacional de Segurança e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para conter a revolta dos explorados. No mesmo ano, em 28 de outubro, novas manifestações ocorreram na usina de Santo Antônio, exigindo melhores condições de trabalho, salário igual para a mesma função e a manutenção dos horários dos turnos aos sábados.

Como se vê, a classe operária que dá o sangue na construção das usinas do rio Madeira enfrentou e enfrenta, com seus próprios métodos, a violência do patronato. Porém, têm como obstáculo suas direções sindicais, a falta de unidade com o proletariado dos grandes centros urbanos e ausência da política do partido revolucionário.

A burocracia sindical que comanda o sindicato (Sticcero) e a Confederação (Conticom) está ligada à CUT, que, por sua vez, apoia a política do PT e do governo Dilma. Sua conduta é a da defesa da propriedade privada. Lamenta a bárbara exploração do trabalho e as condições de vida dos operários das usinas, defendendo, demagogicamente, as relações mais humanas de contratação e uso da mão de obra. Critica em palavras as medidas anti-greve e da Justiça do Trabalho, propondo a democratização do poder Judiciário. Comparece como defensora do acordo entre governo, empreiteiras e representantes sindicais, que leva o nome pomposo de “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil”. E, como defensora do sistema capitalista, condena as ações radicalizadas dos operários e se soma aos empresários, governo e a imprensa burguesa no combate aos chamados “grupos minoritários”, “baderneiros” e outros adjetivos da mesma natureza.

Não podemos deixar de dizer da disputa entre as duas fra-

ções da burocracia sindical. A CUT dirige o sindicato e a confederação e a Força Sindical faz o trabalho de solapar essa ala burocrática, tentando ganhar a confiança dos operários para retomar o Sticcero. Com diferenças de graus, essas duas alas da burocracia sindical apoiam o governo do PT e estão organicamente no interior do Estado, por meio dos Ministérios, secretarias, etc. Os operários, para avançar a luta necessitam se livrar da política da burocracia sindical, o que significa lançar-se a defender a destruição do capitalismo e a construir o partido revolucionário. Certamente, para isso, é fundamental formar direções socialistas no interior das usinas. Os levantes de Jirau e Santo Antônio e a firmeza do seu destacamento mais avançado indicam que é nesse movimento que se gesta os embriões da consciência revolucionária do proletariado.

Dar um passo à frente: eis nossa tarefa

As milionárias empreiteiras nacionais e estrangeiras que constroem as usinas do Rio Madeira recebem subsídios do BNDES, contratam terceirizadas, pagam salários miseráveis, submetem os trabalhadores ao regime de servidão, usam a alta rotatividade do trabalho para rebaixar o piso e reduzir os direitos e contam com o apoio do governo e da Justiça para sufocar o descontentamento dos operários.

Por outro lado, a miséria e o desemprego nas regiões Norte e Nordeste obrigam uma parcela de jovens trabalhadores a se empregarem nas usinas. Distantes das famílias e iludidos com o emprego e o salário, esse contingente de milhares de jovens são levados aos canteiros das obras e aos alojamentos improvisados. Na realidade, a maioria dos empregos são precários, as jornadas violentas, as ameaças de demissão constantes e a rotatividade grande. Falta tudo: atendimento médico, banheiros, alojamentos e comida dignos. A revolta nasce instintivamente das condições objetivas de existência e de trabalho. Daí os frequentes levantes coletivos. É como uma panela de pressão quando estoura a válvula.

A classe operária não pode ficar alheia aos acontecimentos de Jirau e Santo Antônio. O enorme controle que exerce a burocracia cutista sobre os metalúrgicos do ABC e de outras capitais impede a solidariedade efetiva de classe. Assim, as greves são tratadas como fenômenos isolados. O que poderia ser uma grande manifestação unitária, que ampliaria a força da greve e elevaria a consciência dos explorados, se transforma em um problema particular dos operários das usinas. O que tem reforçado o poder de repressão do Estado e das empreiteiras. A luta dos operários das usinas depende da unidade, não em palavras, mas na luta direta contra a exploração.

Dar um passo à frente significa construir a fração de oposição no interior das obras, capaz de organizar e combater a política burocrática das direções sindicais. Uma fração que tenha como base a democracia sindical e a defesa das reivindicações vitais, como o emprego e o salário. Portanto, uma direção revolucionária para enfrentar o patronato, que lucra como nunca às custas do sangue e do suor dos operários.

Dar um passo à frente implica a unidade da classe operária contra a lei anti-greve e pelo direito irrestrito de manifestação dos explorados. Uma campanha nacional pelo fim das leis que condenam e criminalizam os grevistas e lutadores.



NOSSA CLASSE

**Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!**

TODO APOIO A HERÓICA LUTA DOS OPERÁRIOS DE JIRAU E SANTO ANTONIO

Os operários de Jirau e Santo Antonio há dias estão em luta pelas suas reivindicações. São coagidos, constantemente, pelos patrões, inclusive através da mídia, pela Justiça, que são também instituições da burguesia, para que retornem ao trabalho. Mas, mesmo assim, continuam firmes e não devem se curvar diante destas ameaças dos patrões e da Justiça. Precisam se manter firme coletivamente para que sejam atendidas suas reais necessidades. É preciso que os operários tomem em suas mãos esta luta e não deixem que os conciliadores façam acordos criminosos com os patrões, que são inimigos dos operários.

No sistema capitalista, a burguesia e o proletariado são classes opostas. O proletariado é o operário das fábricas, das construções civis, operadores de máquinas etc., que, junto aos demais explorados, sofre a exploração e humilhação no trabalho pela classe parasita que vive de sugar o suor alheio.

Esta burguesia é dona dos meios de produção e o operário vende a sua força de trabalho. Os lucros da burguesia vêm da exploração da sua força de trabalho. Ela é nossa inimiga de classe e, portanto, não podemos conciliar com ela.

Também temos visto a substituição da luta contra os patrões pela política da conciliação de classes. A luta de classes se dá entre aqueles que não querem ser explorados (os operários e demais trabalhadores) e os exploradores (o patrão burguês). A classe operária se encontra desorganizada em função das direções dos sindicatos estarem de braços dados com os patrões e isso faz com que muitas de suas greves sejam quebradas sem que consigam o atendimento real das reivindicações e os patrões acionem a legalidade para perseguir e punir os operários.

A força da classe operária está em seu número e no lugar que ocupa na produção. Esta foi a primeira lição aprendida pelos trabalhado-

res na sua árdua luta contra a burguesia. Ao paralisarem a produção, os operários puderam ver a força coletiva da classe. Os grevistas precisam responder as ameaças da Justiça e dos patrões e aos acordos de bastidores da direção do sindicato, por meio da unidade na luta e não ceder um milímetro até que sejam atendidas as reivindicações.

As mobilizações e greves na Usina Jirau, que tiveram início na primeira semana deste mês, ganham adesão da Usina de Santo Antonio, em apoio aos irmãos de classe (os operários da Jirau). Isso é um grande exemplo da solidariedade de classe.

O braço armado do Estado mata um operário da usina Jirau

Nem bem o ano inicia, a opressão sobre os operários se intensifica. Trata-se do não cumprimento dos acordos firmados entre os operários, as empreiteiras e a empresa de construção da usina de Jirau. O que mais aumenta a ira de classe é o fato dos assassinos do Estado capitalista cometerem seus crimes e imputarem a ação sobre aqueles que são vítimas de todas as mazelas decorrente de sua sanha de ganância sanguinária. Esse fato se deu no dia 13 de fevereiro de 2012, no distrito de Jaci-paraná, em Porto Velho,

Denunciar esse crime de classe despejado sobre o jovem nordestino Josivan significa um crime sobre todos os operários das usinas do estado. O assassinato do jovem operário, que se deslocou de outra região ficando longe da família em busca de sustento, em meio a uma manifestação que reivindica o cumprimento de direitos usurpados pelos patrões, se tornou prática corriqueira dos capitalistas. O Partido Operário Revolucionário levanta a bandeira dos Tribunais Populares. Somente esse organismo criado pela classe operária poderá punir os crimes da burguesia.

**VIVA A LUTA DOS OPERÁRIOS DAS USINAS DO MADEIRA,
EM RONDÔNIA!**

No final de abril, será realizado o 1º congresso da CSP-Conlutas e, em maio, os congressos estaduais da CUT. O POR orienta sua militância a atuar tanto no congresso da Conlutas quanto nos da CUT. Em qualquer atividade que envolva a classe operária, é dever dos revolucionários defenderem as posições classistas. A particularidade dos congressos da CSP-C e da CUT está em que constituem uma recente divisão, a que o POR se opõe. A tarefa histórica que se coloca para o sindicalismo brasileiro é a de constituir uma única central, regida por princípios e pela democracia proletários. Estamos pela convocação de um congresso de unificação de todas as centrais, antecedido por assembleias em todos os sindicatos e aprovação de propostas para superar o divisionismo e edificar uma única central, que seja independente do Estado e do patronato. Com os pontos programáticos abaixo, a militância porista fará o possível para romper o burocratismo que impede as centrais, inclusive, a Conlutas, de expressarem a eleição de delegados de base.

Pontos para as plenárias de eleição de delegados para os congressos da Conlutas e CUT

I. Defesa do trabalho e do salário diante do avanço da crise econômica, dos ataques da burguesia e do governo.

1. Estabilidade no emprego e redução da jornada aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Contra o fechamento de fábrica e de transferência para outros locais – greve com

ocupação e implantação do controle operário da produção.

2. Estabelecimento de um piso nacional que corresponda ao salário mínimo vital.
3. Recuperação das perdas salariais, acompanhada da escala móvel de reajuste.

II. Derrubar as medidas antinacionais e antipopulares

1. Rejeitar a destruição da previdência pública – o fundo de previdência complementar e as medidas que impedem as aposentadorias integrais da maioria dos servidores. Fim dos privilégios de parlamentares, governantes, juízes e militares. Defesa do sistema único estatal de previdência – estatização do sistema privado, sob o controle dos trabalhadores. Que nenhum trabalhador se aposente com menos que o salário mínimo vital. Quem deve sustentar a previdência são os capitalistas. Retirar a contribuição sobre os salários e colocá-la sobre o capital. Fim de toda a reforma da previdência.
2. Derrubar a lei que legaliza as terceirizações. Fim do sistema de terceirização e incorporação efetiva dos terceirizados.
3. Combater todos os subsídios de proteção ao grande capital – multinacional e nacional.
4. Responder à campanha burguesa sobre a desindustrialização. Enfrentar a desnacionalização e o controle dos ramos fundamentais da economia pelo capital imperialista, expropriando as multinacionais e seus sócios nacionais, sem indenização. Retirar do poder dos capitalistas o comércio exterior. Impor a estatização e o monopólio do comércio exterior.
5. Romper a importação de capital especulativo, estatizando o sistema financeiro.

III. Defesa da vida das massas

1. Estatização do sistema privado da saúde e da educação. Constituição de sistemas únicos, públicos e gratuitos.
2. Proteção da juventude oprimida. Emprego a todos, jornada de 4 horas na produção e o restante para os estudos e lazer.
3. Passe-livre nos transportes coletivos para os desempregados e estudantes.
4. Por um plano de moradia popular, estabelecido e controlado pelas organizações operárias e pelos movimentos sociais.

IV. Derrubar a lei anti-greve e combater os assassinatos no campo

1. Por uma campanha massiva nas ruas pelo fim da lei anti-greve, que instituiu as multas, punições e prisões aos dirigentes sindicais. Que impõe a intervenção do Estado ao

movimento grevista (critérios para a aprovação das greves). Direito irrestrito de greve, manifestação e outras formas de luta da classe operária.

2. Combate a todas as formas de repressão policial, militar e judicial ao direito de manifestação e greve dos explorados. Rechaço à Força Nacional de Segurança, criada pelo governo Lula para intervir militarmente nas greves e ocupações.
3. Fim das ameaças, processos judiciais e administrativos aos trabalhadores que lutam por suas reivindicações.
4. Responder aos assassinatos de lideranças e lutadores camponeses por meio da constituição dos Tribunais populares, organismos capazes de punir os crimes da burguesia agrária e dos exploradores do campo. Formar os comitês de autodefesa para enfrentar os latifundiários, seus jagunços e milícias.

V. Enfrentar a crise com o método da ação direta e a frente única de ação

1. Diante da queda da produção industrial, fechamento de fábricas, transferência de empresas e demissões, exigir a convocação de assembleias para que se aprove um plano de defesa dos empregos e dos salários.
2. Que as Centrais sindicais constituam uma frente única nacional de mobilização da classe operária e demais explorados para a defesa dos empregos e dos salários.
3. Enfrentar a crise econômica e as medidas governamentais de ataque à vida das massas com os métodos da classe operária – greves, manifestações, ocupações etc.

VI. Conquistar a democracia operária

1. Combater à estatização dos sindicatos e das Centrais. Independência política frente aos governos e ao Estado burguês.
2. Lutar contra a burocratização dos sindicatos e das Centrais, defendendo a democracia operária (assembleias soberanas, congressos com delegados eleitos nas fábricas ou locais de trabalho sob a base de posições políticas)
3. Fim das eleições indiretas para o sindicato metalúrgico do ABC. Defesa das eleições diretas por chapas e programas.
4. Por um sindicato que expresse o programa de emancipação da classe operária e demais oprimidos.

Salário e pobreza no Brasil e no mundo

História do Salário Mínimo

Já no século XIX, países como Austrália e Nova Zelândia possuíam um salário mínimo estabelecido. No Brasil, essa discussão inicia-se apenas na década de 30, no governo de Getúlio Vargas. A lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de 1938 instituíram o salário mínimo no país. No entanto, apenas em 1940, com o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio, foram fixados os valores do salário mínimo.

De 1940 a 1984, predominavam vários valores de salário mínimo conforme a região ou o Estado. Na década de 40, havia 14 valores distintos. As variações entre os salários chegava a 2,67. Ainda nessa década, é dado o primeiro reajuste em 1943, seguido de outro no mesmo ano. As diferenças entre os salários mínimos existentes caem nesse período. Mas a população coberta pela lei do salário mínimo era muito pequena. Na prática, menos de 20% da população vivia com valores iguais ou acima do salário mínimo. Pelo censo da década de 40, 69% da população vivia

nas zonas rurais onde o salário praticado era menor que o estabelecido em lei. Como existiam também diferentes salários mínimos, estima-se, na época, que apenas 4% viviam nas regiões com os maiores salários, enquanto 17% viviam nas regiões com os menores salários.

Em 1951 a 1961, apenas 4 reajustes ocorreram. O primeiro com Getúlio, o último com João Goulart. A disparidade entre o menor salário mínimo e o maior chegou a 4,33 já em 1954. De 1962 a 1968, o poder de compra dos salários despenca, porque se estabelece como indicador do reajuste a inflação esperada e não a que efetivamente ocorria. Somente em 1969, começa a se utilizar uma média entre a inflação esperada e a inflação real. De 1968 a 1974, a quantidade de valores dos salários mínimos diminui, passando de um total de 38 valores para apenas 5. A diferença também entre o maior e menor salário mínimo diminui para a relação de 1,41. Essas mudanças, obviamente, não

demonstram uma política de valorização do salário mínimo, com a diminuição das diferenças salariais, ao contrário, o fim das diferenças representou um nivelamento por baixo. Os maiores salários mínimos começaram a se aproximar dos menores, em virtude de um processo de desvalorização da força de trabalho por meio da inflação e da não recomposição do poder de compra.

De 1975 a 1982, há uma recomposição dos valores dos salários. Estima-se que houve um ganho real de 30% sobre as perdas obtidas nos períodos anteriores. A diferença entre o maior e menor salário cai para 1,16 e somente subsistem 3 salários em todo território. No entanto, a década de 80 com sua hiperinflação vai corroer os salários, de modo que de 1982 a 1990 há uma perda de 24% no poder de compra dos mesmos. Com os maiores valores de salário mínimo corroídos, foi possível a unificação de todos os salários pelo país. Em 1984, havia apenas um salário mínimo estabelecido nacionalmente. Fechava-se o ciclo de garantir o mínimo de sobrevivência aos trabalhadores, pois a unificação tomava por base o salário archoado por sucessivas políticas dos governos.

De 1990 a 1994, houve um ganho de 10,6% em relação à inflação medida pelo INPC. De 1994 a 1998, o aumento representou 28,3%. Como se pode ver, a inflação representou o maior entrave para a valorização do salário mínimo e os aumentos que se sucederam a partir da estabilização na década de 90 apenas recompuseram em parte os valores do salário mínimo original.

Abaixo do mínimo

Segundo o ICV-Dieese, os valores, na década de 40, dos salários mínimos variariam hoje entre 600,00 e 230,00 reais. O que demonstra que nenhum governo, de Getúlio a Dilma, considerou tornar o salário mínimo em um valor que corresponda às necessidades de uma família de trabalhadores. Sempre foi e continua sendo um valor mínimo para a sobrevivência do trabalhador tomado somente como força de trabalho e não como pai de família, por exemplo. A balela das Centrais Sindicais de que nunca se valorizou tanto o salário mínimo como nos governos petistas é facilmente contestada por esses dados históricos.

O que interessa sobretudo não é demonstrar que o salário mínimo dos governos burgueses sempre foi e será de miséria, mas de que, em um país atrasado, semicolonial, como o nosso, existem significativas partes da população que vivem abaixo desse salário, de modo que o princípio de o salário, como parte do produto social garantido ao trabalhador, não suprir nem as necessidades mínimas de reprodução dessa força de trabalho.

Em 1960, por exemplo, vinte anos depois de instaurados os valores do salário mínimo, cerca de 25% da população viviam com um salário igual ou inferior ao menor salário mínimo vigente e 70% de toda população estavam na faixa dos que recebiam menos que o maior salário mínimo. Os números revelam que 3/4 de toda população viviam com menos de 600,00 (considerando os valores convertidos pelos ICV-Dieese) e, destes, pelo menos 1/4 vivia com menos de 230,00 reais. Em 1970, cerca de 52% recebiam menos de que o maior salário mínimo em vigor. Apenas nos fins dos anos 90 em pesquisa realizada pelo PNAD, demonstrou-se que 14% viviam abaixo do salário mínimo.

No entanto, se a cobertura do salário mínimo aumentou, abrangendo hoje a maior parte da população, é bom destacar que o salário médio, isto é, as diferenças entre os salários mínimos e os salários máximos pagos em cada estado continuam demonstrando a gritante contradição entre as diversas regiões do país. Enquanto a média do salário no Sudeste é cinco vezes maior que o mínimo nacional, em estados do Norte e Nordeste essa média cai para dois salários. O dado ressalta a discrepância que existia em 1940 e que foi apenas camuflada com a unificação dos salários pelo país. Entretanto a média salarial é sempre um

engodo se se considera as diferenças salariais entre os trabalhadores que estão na base da pirâmide e os altos funcionários dos setores de serviços, como executivos, diretores, alto escalão dos governos, e mesmo capitalistas, tomados nas pesquisas como setor “produtivo”.

Pesa também a informalidade, que é sempre maior onde os salários médios são menores. Nos cinco estados com menor salário médio, cerca de 23% dos trabalhadores recebem menos que o mínimo, enquanto nos cinco estados com maior salário médio, apenas 3% recebem menos que o mínimo nacional.

Com os salários mínimos que não atendem às necessidades da família do trabalhador, há uma maior participação de outros membros da família além do pai. Dai mascarar-se também a média salarial por família. Enquanto 1981, apenas 27% dos conjugues trabalhava, esse número saltou para 48,2% em 1998. Entre os filhos, o valor passou nesse período de 24,5% para 27,1%. Essa mudança estrutural ocasionou um aumento da relação entre a renda domiciliar e o salário mínimo. Se em 1981, essa relação era 0,82 (portanto, a maior parte das famílias vivia com menos do que o salário mínimo), em 1998 essa relação passou a ser de 2,27 (portanto, a renda domiciliar ficou acima do salário mínimo). Em 1981, a renda per capita familiar inferior ao salário mínimo era de 79,1%; e em 1998 era de 45,8%. Em 2009, pelo menos 46 milhões de pessoas viviam com o salário mínimo oficial, que era de 465,00 reais.

O desenvolvimento tardio das modernas relações capitalistas no país demonstra que o máximo a que chegamos foi proporcionar um salário que dê para a família sobreviver colocando todos os entes da mesma no mercado de trabalho, como ocorria na Inglaterra ou França no século XIX. Em outras palavras, as famílias - para alcançarem um salário próximo das suas necessidades reais de sobrevivência e reprodução - exigem a participação da maior parte de seus membros. A proteção à família que se desenvolveu em alguns países mais avançados, como França, Alemanha, Inglaterra, Países Baixos, Finlândia, etc., jamais foi vislumbrada em nosso país atrasado.

O princípio de que o salário deveria garantir a existência da família proletária para que se reproduzisse e mantivesse vivo o sistema de exploração da força de trabalho não pôde se realizar. A bandeira do Salário Mínimo Vital aparece nesse horizonte como tarefa não alcançada pelos governos burgueses. A família, célula mãe da sociedade burguesa, jamais foi “respeitada” pelas legislações burguesas e a ideia de que o salário pudesse sustentar uma família de quatro pessoas, como prescreviam as primeiras leis sobre o salário jamais saiu do papel.

Redução salarial no mundo

Em 2010, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) divulgou que o salário médio no mundo deveria estar em 1480,00 dólares, tomando como base a massa assalariada de 72 países em que realizou a pesquisa. De 197 países reconhecidos pela ONU, apenas 21 estariam próximo ou acima desse valor, tomando como base o salário anual, divulgado em fevereiro de 2010. O que representa um pouco mais que 10% de todos os países do globo e significa que, em 90% deles, a maior parte dos trabalhadores vive com um salário que não corresponde às necessidade de sua família.

Não bastasse essas profundas desigualdades criadas no interior do capitalismo, vemos ainda hoje um processo de redução salarial em países que estão na fatia dos países com melhores salários. É o caso, por exemplo, de Irlanda e Grécia, que compõe os 21 países próximos da média salarial, mas que tem sofrido ataques dos governos para a redução e congelamento salarial. Em alguns setores, como do funcionalismo, a redução dos salários pode chegar a 50% (caso da Grécia). A lista, contudo, pode aumentar, pois Espanha, Bélgica, França também podem sofrer com ataques aos salários dos trabalhadores da ativa e os

aposentados. A crise na Europa vai arrastar milhões de trabalhadores para as condições próximas às dos países atrasados, em que a massa assalariada é superexplorada e famílias inteiras são empurradas para o mercado de trabalho formal e informal.

Embora baixo, esses 1480,00 dólares não atingem a maioria da população mundial, porque mais de 1/3 vive abaixo da linha de miséria, com 2 dólares por dia, ou seja, 60 dólares por mês. Uma massa humana de mais de 2.300 bilhões vive na miséria absoluta, desconhecendo inclusive o significado da expressão “salário mínimo” ou de sistema de

Denúncias

Demissão e PDV na General Motors

Desde outubro de 2011, a GM de SJC abriu um PDV para os operários da fábrica de SJC e para os trabalhadores do setor de administração de todas as suas unidades. A empresa multinacional conta hoje com mais de 22 mil empregados. O objetivo de Programa de Demissão Voluntária foi bem claro: diminuir gastos, aumentar a “eficiência” e redirecionar os novos modelos para outras fábricas como a de São Caetano do Sul (SP) e Gravataí (RS). Já em setembro, a empresa tinha dado férias coletivas para 300 operários da unidade em SJC.

Segundo o presidente do sindicato, ligado à Conlutas, a produção mantém-se alta, com a utilização até de horas extras aos sábados. A justificativa da empresa é a “competitividade” no setor automobilístico. O certo é que o ataque à GM de SJC, que conta com mais de 9 trabalhadores, objetiva atacar um setor mais combatido, o qual, por exemplo, conseguiu derrotar a implantação do banco de horas, como já ocorre em outras fábricas pelo país, dirigidas pela CUT e Força Sindical.

Não fosse suficiente o PDV, a GM começou a demitir a partir de 2012. De janeiro até março, já foram 80 os demitidos. Em fevereiro, uma paralisação de 4 horas protestou contra as demissões. Novamente: prevalece a lógica da manutenção dos lucros. Os demitidos eram em parte os lesionados e os trabalhadores com os maiores salários. O objetivo da empresa é a redução da média salarial. Demite os mais antigos e contrata novos operários com salários mais baixos.

Os trabalhadores da GM, bem como de outras empresas do setor da região, como a Volkswagen de Taubaté devem se organizar para impedir as demissões. Seja “voluntária” ou involuntariamente, o desemprego é a forma encontrada pelos capitalistas para manterem o seu lucro em uma época de crise econômica. A força da classe operária está em sua unidade e em seus métodos de luta. Resistamos a mais essas ofensivas com a defesa de Estabilidade para todos os trabalhadores! Fora com os PDV's e fora com os Bancos de Horas! Lutar pelo controle da produção!

Três lutadores camponeses e 1 operário são assassinados, em Rondônia

A violência reacionária tem se intensificado nos últimos anos. A criminalização dos movimentos sociais tem sido uma prática constante dos governantes e de sua Justiça.

Os latifundiários assassinam camponeses e procuram transformar a vítima em réu. Não há punição. Os crimes da burguesia ficam impunes.

Em poucos dias, foram assassinados 4 companheiros.

No dia 13 de fevereiro, a polícia atirou em Josivan, jovem operário de 24 anos. A violência contra os operários da Usina de Jirau tem sido motivo das greves. Josivan era trabalhador da usina.

No dia 31 de março, o latifundiário mandou assassinar a camponesa Dinhana Nink, de 27 anos, morta na frente de seu filho de 6 anos, na sua casa. Foi encontrada pelos vizinhos ao lado da criança, que

preservação e reprodução da força de trabalho, isto é, representam a massa estruturalmente marginal do sistema capitalista e que permanecerá assim até que esse sistema seja destruído pela revolução social.

Como se vê, a defesa do salário mínimo vital é fundamental para a defesa da vida das massas. É uma das bandeiras que compõem as reivindicações transitórias, que respondem à preservação da força de trabalho contra a mutilação capitalista e que conduzem a luta das massas a tomar o poder do Estado e transformar a base econômica do capitalismo em socialista.

chorava, em Nova Califórnia, próximo a Porto Velho.

No dia 10 de abril, no Distrito de Jacinópolis, aconteceu o assassinato do professor dos camponeses da Liga dos camponeses Pobres, Renato Nathan Gonçalves Pereira, 28 anos, morto com três tiros na cabeça, pelos jagunços dos latifundiários.

Como se vê, os assassinatos de camponeses e, agora, de operários, crescem em todos os estados. Os assassinos continuam livres para executar novos crimes. Cabe, unicamente, à classe operária e aos camponeses, darem um basta. O que significa pôr em pé os Tribunais Populares para punir os crimes de classe da burguesia.

O que esta por trás do protesto que ocorreu na estação de trem de Francisco Morato?

No dia 29 de março os passageiros de Francisco Morato se revoltaram instintivamente contra os atrasos dos trens da CPTM.

Francisco Morato, uma cidade dormitório como muitas da grande São Paulo, a classe proletária precisa se deslocar para trabalhar em outras regiões, sendo o trem o meio mais rápido. No entanto, além de serem roubados diariamente pagando uma tarifa absurda de R\$ 3,00, são submetidos ao descaso da Companhia de Trens Metropolitanos do estado de São Paulo. Os trabalhadores saem das suas casas de madrugada todos os dias para chegarem na hora certa ao local de trabalho. Porém, se deparam com atrasos constantes do trem. Os únicos que perdem são os trabalhadores, que serão punidos, e alguns perdem o único meio de sustentar a família, o emprego.

A situação estava dada pela CPTM. A revolta daqueles que utilizam o trem para chegar ao trabalho. O Estado burguês respondeu com repressão (bala de borracha, prisão). A imprensa burguesa chamou de vandalismo. Quem não tem consciência da situação vai acreditar no que os jornais, televisão, a polícia e até no que a CPTM diz sobre o que aconteceu no dia 29. Mas, os que andam de trem todos os dias sabem que a situação dos transportes públicos expressa a necessidade dos trabalhadores se organizarem para resolverem os seus problemas, e o único meio é a luta.

Não obstante, após a revolta dos usuários, o governo disse que iria liberar dinheiro para o problema de queda de energia, problema que não surgiu agora. Caso não houvesse o levante, ficaria finjindo que está tudo normal.

Portanto, quem irá resolver o problema do transporte público é a classe proletária, com sua política e seus métodos de luta. Organizado, pode transformar seus instintos em consciência política. É necessário organização política independente, que a resposta seja coletiva, pela constituição de um comitê de luta para resolver os problemas dos transportes públicos. Que o direito ao transporte seja administrado por quem nele trabalha e usuários. Contra a privatização e precarização dos trens, é necessário que o transporte seja inteiramente estatizado e submetido ao controle da classe operária.

Balanço da greve dos profissionais em educação do município de São Paulo

Golpe da burocracia coloca fim à greve

Depois de nove dias em greve, os trabalhadores em educação do município de São Paulo sofreram um duro golpe em sua última assembleia, ocorrida no dia 10/4. A diretoria majoritária do Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal), dirigido pela corrente Compromisso e Luta, cujo presidente é o vereador Cláudio Fonseca/PPS, desconsiderou a soberania da assembleia, que deliberou pela continuidade da greve, e decretou seu fim. Os milhares de trabalhadores que lá estavam puderam presenciar que a maioria votou pela continuidade da greve. Porém, de forma arbitrária e ditatorial, Cláudio Fonseca encerrou a assembleia afirmando que a maioria votou pelo seu fim. Por mais que os grevistas exigissem que se votasse novamente, não houve acordo.

Nesse momento, os grevistas reagiram, massivamente, contra essa atitude. Não permitiram que os burocratas deixassem o local da assembleia, mais ainda, não deixaram que saíssem do caminho de som. Cercaram o caminhão e exigiram que se votasse novamente o encaminhamento da greve. Com palavras de ordem como “vendido”, “traidor”, “pelego” e muitas outras, a diretoria ficou com medo da base que estava furiosa pelo golpe desferido contra o movimento. Por mais de duas horas, os manifestantes não arredaram pé do local da assembleia e só se dispersaram quando a polícia foi acionada para proteger o pelego Cláudio Fonseca.

A conclusão que podemos chegar é que a diretoria do Sinpeem está cada vez mais atrelada ao governo. Certamente, o governo deu um ultimato para que colocasse fim à greve. E, prontamente, Cláudio Fonseca e seus capachos atenderam o seu parceiro. Para adoçar a boca dos grevistas e para a diretoria ter algo para barganhar, Kassab concedeu algumas reivindicações, mas não as mais importantes. Assim, o essencial da pauta ficou apenas nas promessas vazias.

Base passa por cima da direção

Depois de seis anos sem realizar uma greve, os trabalhadores da educação apresentaram uma pauta extensa de reivindicações. São mais de 30 itens, que se dividem entre todos os níveis do professorado e dos funcionários. As reivindicações mais sentidas e que puxaram a greve foram: férias coletivas para os professores dos Centros de Educação Infantil (CEIs) e do Ensino Infantil (EMEIs); incorporação das gratificações e reajustes ao salário; fim da terceirização dos serviços; aumento salarial aos profissionais do Quadro de Apoio, que ganham uma miséria. Por esse acúmulo de problemas criados pelo governo é que os profissionais em educação se levantaram contra os ataques constantes do governo Kassab/PSD.

A assembleia do dia 28/4, que iniciou o movimento, demonstrou o grau de radicalização da base e seu descontentamento contra a posição assumida pela direção majoritária do sindicato. No momento da defesa das propostas, ficou evidente que a corrente *Compromisso e Luta* não queria a deflagração da greve. Enquanto a oposição defendia o início da greve para o dia 02/4 e nova assembleia no dia 04/4, a diretoria majoritária defendia um ato no dia 04/4. O que pretendia era desmobilizar a classe. No entanto,

a maioria dos trabalhadores votaram pelo início da greve no dia 02/04. Ficou evidente que os trabalhadores não aceitavam a enrolação do governo, indo contra a posição da burocracia governista. Formaram-se, então, os comandos de greve por região, o que permitiram aumentar os índices de adesão. Chegando, na primeira semana, a 60% de escolas paradas.

A assembleia do dia 04/4, com a presença de mais de dez mil grevistas, manteve a lógica da anterior. Nova tentativa da burocracia governista em manobrar para que o movimento grevista fosse interrompido. Depois de horas negociando migalhas com o governo, retornou e tentou mostrar que as propostas de Kassab eram boas. Mas, não passavam de promessas vazias. Não atendiam às reivindicações centrais do movimento. Sendo assim, a assembleia, desta vez por maioria, desconsiderou a posição da burocracia e manteve a greve viva. Porém, ficava nítida a posição da burocracia de jogar contra o movimento grevista. Os materiais ficaram escassos e muitos diretores, que deveriam fazer parte dos comandos, não participaram. Apesar disso, a classe não recuou de seu propósito de sair vitoriosa do movimento. Outra assembleia foi marcada para o dia 10/4.

A assembleia do dia 10/4 também foi massiva, com milhares de grevistas na praça, que esperavam pela resposta do governo. A diretoria majoritária anunciou as propostas, mas sem nada de novo. Tentou jogar com os dias parados e com algumas migalhas. Uma parcela da oposição (POR, PSTU, Unidos e O Trabalho) defendeu a continuidade da greve, considerando que não havia nada que atendesse às reivindicações centrais do movimento. Outra parcela (PSOL) ficou em cima do muro e, ao não defender a continuidade da greve, deu força à intenção da burocracia. Por fim, outra parcela da oposição (independentes) defendeu o fim da greve, junto com a corrente *Compromisso e Luta* (diretoria majoritária). No processo de votação, a assembleia deliberou pela continuidade da greve. No entanto, a burocracia não aceitou a decisão dos grevistas e, à sua revelia, decretou o fim da greve.

Como se pode ver, a diretoria majoritária do Sinpeem passou por cima do movimento e fez o serviço do governo. Encerrou a greve sem que as reivindicações, que deram força ao movimento, fossem atendidas. Os professores dos CEIs e EMEIs estão na dependência de um projeto de lei que irá para a Câmara Municipal. Ficarão refém dos vereadores, que não estão preocupados com a vida dos trabalhadores. Os profissionais do quadro de apoio também não foram atendidos em sua reivindicação de aumento salarial e não houve qualquer proposta de aumento salarial para os professores. Além do mais, encerrar uma greve com um índice em torno de 60% de adesão foi a maior traição da burocracia sindical.

Outro aspecto que evidencia esse atrelamento é a posição do presidente do sindicato diante das propostas do governo. Em nenhum momento, Cláudio Fonseca fez qualquer avaliação da proposta, ficou apenas como um garoto de recados da Secretaria da Educação e, quando era para tomar posição, colocava um serviço para fazer o serviço sujo.

Lições da greve

Podemos destacar que o movimento grevista foi vigoroso.

Deixou lições que devem ser assimiladas pela classe. Destacamos, assim, alguns pontos:

1. A greve expressou os profundos problemas existentes na rede municipal de ensino. A extensa pauta de reivindicações foi a prova disso. O longo tempo de uma greve para outro, ou seja, seis anos, possibilitou ao governo ir destruindo paulatinamente os direitos da classe.
2. O movimento grevista trouxe uma base nova para o sindicato. A juventude presente nas assembleias deu fôlego ao movimento.
3. A radicalização do movimento grevista expressou a presença da base. Sendo assim, a greve foi feita pela base.
4. As assembleias demonstraram, em função de sua radicalização e dos inúmeros problemas da rede, a insatisfação da classe com as posições da burocracia sindical dirigente. Em todas as assembleias, a burocracia governista perdeu as votações. Sendo assim, a base passou por cima de sua direção.
5. Faltou intensificar os comandos de greve e ampliar o número de manifestações para manter o movimento vivo.
6. A necessidade de fortalecer a Oposição à burocracia, com plênarias constantes para melhor organização da classe.
7. Propagandear para a classe a traição dos burocratas vendidos e seu atrelamento com o governo.
8. A diretoria majoritária se colocou, o tempo todo, contra a greve. Não investiu no movimento, contribuiu para a sua derrota. Ain-

da precisou golpear o movimento para colocar fim a greve.

Posição da Corrente Proletária da Educação

Em todas as assembleias a Corrente Proletária da Educação manteve a posição de continuidade da greve. Mais ainda, na primeira assembleia, do dia 28/4, se diferenciou do restante da Oposição ao defender que a greve deveria ser decretada imediatamente. Não se constrói a greve quando se está trabalhando. Foi derrotada em sua posição, mas trabalhou ostensivamente para a vitória do movimento.

Em seus boletins, defendeu as seguintes bandeiras: para elevação salarial da classe, o Salário Mínimo Vital de R\$4.000,00; a Escala Móvel de Reajuste que é a divisão das aulas entre todos os habilitados; defendeu o Trabalho Igual, Salário Igual como forma de eliminar a divisão salarial na rede; todas as reivindicações elementares da classe, que é a maneira de elevar as condições de vida de todos os trabalhadores em educação; a independência do sindicato diante do governo.

A Corrente Proletária extrai dessa greve as tarefas para o movimento dos educadores do município de São Paulo. Entre elas, a necessidade de fortalecer o trabalho classista no interior das escolas, por meio da defesa da política proletária. Considera que a derrota da burocracia sindical dependerá da assimilação das ideias revolucionárias e da luta geral contra a estatização e burocratização dos organismos dos trabalhadores.

Greve na UNIFESP Guarulhos

Respondendo à precária situação da infraestrutura existente no campus Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP os estudantes decidiram, em assembleia realizada no dia 22/03, entrar em greve por tempo indeterminado. Imediatamente levantaram-se piquetes e cadeiraços com o intuito de paralisar as aulas e impor a vontade coletiva da maioria.

Esta não é a primeira vez que estudantes recorrem à greve no campus por melhores condições de infraestrutura. Semem na pele os reflexos da política educacional do governo e, mais diretamente, do REUNI. Há muito que as filas no improvisado restaurante universitário – RU, na biblioteca, na linha de ônibus que atende a universidade, a ausência de moradia estudantil etc. geram reclamações. A greve de 45 dias em 2010 foi encerrada com a promessa da burocracia acadêmica de que realizaria as melhorias que fossem possíveis. Enfim, a gota d'água para a nova paralisação foi o adiamento da construção do novo – e definitivo – prédio, que abrigaria grande parte das atividades acadêmicas, já que atualmente parte das aulas são realizadas em um prédio também provisório.

O movimento grevista tem encontrado certa dificuldade em determinar uma pauta de reivindicações enxuta e objetiva para a negociação com a direção acadêmica e a reitoria. Isso tem elevada importância, pois a adoção de eixos condicionantes precisos fortalece a mobilização unitária do movimento, diminuindo as margens de manobra da burocracia universitária ao tentar jogar com migalhas. O início da construção imediata do prédio definitivo, o fim da repressão aos estudantes, materializada nos 48 processos na Polícia Federal e expulsão das fundações de direito privado, são exemplos de eixos condicionantes que o movimento deve adotar, recusando o retorno às aulas caso tais reivindicações não sejam atendidas.

O método de luta também tem sido discutido nas assembleias e no comando de greve, pois, após a paralisação das aulas no campus, realizaram-se poucas intervenções fora de seus muros. A aprovação da greve foi um importante passo na organização do movimento na luta pelas reivindicações, permitindo a liberação dos estudantes das obrigações acadêmicas e sua dedicação quase que exclusiva à mobilização. Mas não pode ser tomada como um fim em si mesma. Pelo fato do setor da educação não estar ligado diretamente à economia e à produção social – diferentemente de uma greve fabril, onde a paralisação da produção interrompe o processo de acumulação do capitalista –, a mobilização estudantil exige ações constantes de luta e pressão contra a burocracia universitária e o governo, através de bloqueios, ocupações de prédios, manifestações em ruas e avenidas etc., tanto dentro como fora da universidade e, mais ainda, trabalhar por ganhar o apoio de organizações de trabalhadores e da população assalariada em geral.

Apesar de a greve estudantil impor a paralisação das aulas, o movimento não deve prescindir de buscar a unidade com os outros setores da universidade que, em luta por suas próprias reivindicações, podem engrossar a mobilização por melhores condições de infraestrutura e permanência, fim da repressão e de defesa da educação pública. A unidade dos que estudam e trabalham deve ser concretizada em um órgão de discussão e deliberação soberano, a Assembleia Geral Universitária, composta por estudantes, professores e funcionários – decidida pelo voto universal –, capaz de impulsionar uma ampla frente em torno das reivindicações mais sentidas, tendo à frente os estudantes, setor este o mais progressista da universidade.

Greve em Ilhabela (Litoral/SP) pela Lei do Piso

Com a repercussão que teve a luta pela implementação da Lei do Piso no Estado de São Paulo, vários municípios paulistas se adiantaram e começaram a cumprir a lei, pagando pelo menos o mínimo estabelecido pelo MEC e contratando os professores com base na jornada extraclasse (33% fora da sala de aula).

Em fins de janeiro, com a Resolução nº 8 do Governo Estadual, que previa um suposto aumento nos HTPL's (Horários de Trabalho Pedagógico Livres), diversas cidades buscaram se adequar às novas regras. Assim iria ocorrer em São Sebastião e Ilhabela, ambas cidades do Litoral Norte paulista. São Sebastião, no entanto, recuou antes da atribuição das aulas e manteve os salários e as jornadas idênticas aos do ano de 2011. Ilhabela, mais por incompetência do que por vontade política, não compreendeu a Resolução do governo estadual e atribuiu dezenas de aulas em forma de HTPL's para os professores.

Dessa forma, um professor com 20 aulas receberia por 30. Um com 32 aulas, receberia por 48 e assim por diante. Isso representou imediatamente aumento salarial, porque se mantiveram as horas dentro da escola e se pagou pelas atividades extraclasse, sempre realizadas pelos professores como preparação de aulas e correção de atividades.

Em fevereiro, os professores receberam conforme a nova regra. Em 20 de março, a prefeitura anunciou, em uma audiência com todos professores, de que não poderia continuar honrando os contratos feitos anteriormente, que o orçamento não comportava e que o MEC não repassou a verba a que a cidade tinha direito.

A revolta foi geral. Embora pequena, a rede, com mais de 100 professores contratados de Ensino Fundamental II, resolveu se mobilizar. O conselho da APEOESP, da Corrente Proletária, foi contatado e uma reunião para o dia 23 foi marcada. Dezenas de professores compareceram e foi convocada uma assembleia para o dia 27 de março.

Antes disso, a prefeitura resolveu negociar e, depois de muita lamentação, apresentou a proposta de pagar mais um mês e os salários integrais, conforme a Lei do Piso. Os representantes não aceitaram e a assembleia foi realizada com a aprovação de ação judicial e paralisação de dois dias: 29 e 30 de março.

Para que a paralisação não ocorresse, duas novas reuniões com o prefeito foram convocadas. O prefeito chegou a apresentar a proposta de pagar 5 meses e meio; metade, portanto, do contrato que era de onze meses. Com a resolução firme dos representantes de escola e com a participação dos membros da Corrente Proletária, a proposta

Bahia

Professores decretam greve por tempo indeterminado

No dia 11 de abril, os professores da rede estadual de ensino da Bahia decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, mesmo sofrendo a pressão da atual direção da APLB – Sindicato e do governo de Jaques Wagner (PT). Os professores argumentam que o governo petista de Wagner não cumpriu o acordo de reajuste de 22,22% no salário da categoria assumido anteriormente. A aplicação desse percentual equipararia a remuneração atual dos professores ao piso nacional.

Esse acordo foi assinado em novembro de 2011. O referido acordo determinava que a incorporação deste percentual passaria a vigorar em janeiro de 2012. A categoria dos professores havia rejeitado a proposta de parcelamento até 2013. Após a assembleia, a categoria saiu em marcha nas ruas do centro histórico da capital da Bahia, Salvador, denunciando o governo Jacques Wagner pelas ações contra a educação e a vida dos professores.

O sindicato da APLB, dirigida pelo PC do B, partido da base dos governos Wagner e Dilma, afirma ter dado todos os prazos possíveis para que o governo cumprisse o que determina a lei

foi rejeitada e a paralisação ocorreu.

Na última reunião, o prefeito e seu assessor agrediram verbalmente os professores, chamando-os de “moleques”, “vagabundos” e sobre eles lançaram mentiras. A firmeza dos trabalhadores, no entanto, foi suficiente para que, nos dois dias de paralisação, milhares de panfletos denunciando a quebra dos contratos e a truculência do governo fossem divulgadas à população.

Nova assembleia foi marcada para o dia 04 de abril. No dia 02, segunda-feira, cinco professores da escola em que leciona o membro da Corrente Proletária e conselheiro estadual da APEOESP foram notificados pela Secretaria de Educação: não poderiam entrar em sala de aula, pois estavam sendo processados e teriam que responder às acusações formuladas pela prefeitura.

Como vemos, o prefeito cumpriu com sua ameaça, de perseguir os trabalhadores, embora tenha descumprido com a Lei do piso e os contratos firmados.

Com os processos em andamento, a assembleia do dia 04 manteve sua posição de exigir o pagamento integral dos salários, fazer uma ampla campanha de denúncia das atitudes da prefeitura, a partir de um carta aberta à população, e organizar nova assembleia ainda para o dia 13, de modo que o movimento da cidade se unifique à mobilização da rede estadual que ocorrerá no dia 20 de abril.

A experiência mostra que somente a unidade dos trabalhadores pode quebrar a vontade política dos governos autoritários. Sem sindicato municipal e sem tradição de luta, os professores tiveram a força coletiva para chamar os dias de paralisação e aprovar a reivindicação sem ceder à política do medo e das migalhas oferecidas pela prefeitura.

Coexiste no movimento, no entanto, a divisão, pois os professores de Ensino Fundamental I não se mobilizaram nem mostraram disposição de fazê-lo. O individualismo é a maior arma dos governos para que a vitória não seja alcançada.

A disposição de enfrentar o governo, a firmeza na defesa das propostas e a democracia das assembleias, no entanto, fortalecem o movimento. Nossa política é para elevar a consciência desses trabalhadores através da experiência das ruas, tornar a assembleia o instrumento de organização e defender as reivindicações e os métodos de luta para alcançá-las. Apenas com a unidade na luta, com a unificação com as outras redes, é que a Lei do Piso será cumprida integralmente. Não daremos nenhuma trégua aos governos de plantão.

Entretanto, apesar do palavreado aparentemente de crítica à política salarial do governo, a verdade é que a atual direção stalinista tem se constituído em obstáculo ao avanço da luta dos professores da rede estadual contra a política da Secretaria da Educação do governo petista. Não se pode esquecer que o PT e PCdoB se colocaram contra a greve dos policiais e ajudaram o governo federal na mobilização da Força Nacional de Segurança para reprimir e prender a liderança da greve da PM. Da mesma forma, o governo Wagner tem agido no sentido de controlar as lideranças sindicais e restringir o alcance dos movimentos sociais.

É preciso avançar na mobilização através do método da ação direta (greves, manifestações, ocupações etc.) para derrotar a política dos governos Dilma e Wagner, colocando em defesa do ensino público, gratuito, único, autônomo e vinculado à produção social, das reivindicações da categoria e por um sindicato democrático e independentes dos governos e partidos burgueses, articulando-as à luta pela derrubada do capitalismo putrefato.

Bahia

O 43º Encontro do Andes da Regional Nordeste III não arma a categoria com um plano de luta

Aconteceu em Salvador, no período de 30 a 31 de março, o 43º Encontro do Andes da Regional Nordeste III, com o tema “Trabalho docente e a organização dos trabalhadores em tempos de neoliberalismo”, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA). As discussões foram antecedidas por palestras, no estilo tipicamente acadêmico. O Encontro iniciou na noite de sexta-feira (30/03) com a fala oficial dos dirigentes da regional nordeste do Andes, seguida de uma palestra intitulada Ciências, Tecnologias e Trabalho docente. Os temas discutidos enfocaram basicamente a tendência produtivista implementada e de gestão empresarial pela Capes, que tem imposto a perversa lógica da precarização e intensificação da atividade docente, acirrando a competição entre os professores, jogando a responsabilidade da crise do ensino público sobre suas costas. O governo obriga, com a política educacional do MEC, os professores a captarem recursos através de editais para reformar salas e comprar equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, pois os recursos prometidos pelo Reuni (Reestruturação e Expansão das universidades Federais) acabaram antes mesmo das conclusões das reformas, e o que tem prevalecido é o aumento das horas de trabalho docente na graduação e na pós e a imposição imoral de um currículo.

Outro aspecto destacado foi a suposta submissão sem resistência da categoria dos docentes ao modelo imposto à universidade pública, particularmente, as federais de caráter elitista, produtivista, individualista e concorrencial, classificando os docentes em produtivos ou desqualificados. Os docentes que não se submetem a essa lógica são considerados desqualificados, pois não apresentam produção, se tornando vítimas de assédio moral por parte da instituição e dos colegas considerados “produtivos” ao capital. Tendo que produzir ao longo do ano textos requentados em que se muda apenas o título dos artigos e orquestrando uma política de ajuda entre os colegas para o cumprimento de tal exigência, uma verdadeira farsa. O que se tem de concreto é a intensificação das atividades docentes, dada a implantação do Reuni nas Federais, que tem como base a crise do capitalismo, seu esgotamento histórico e sua impossibilidade de produzir conhecimentos e desenvolver as forças produtivas no estágio atual. A precarização e intensificação do trabalho têm comprometido a saúde do docente com imposições de linhas de ações pautadas nas imposições do capitalismo e suas práticas mercantis na produção do conhecimento e desenvolvimento da ciência.

Em suas intervenções, procuramos destacar o papel da política e da atual direção do Andes no processo de desarmamento dos docentes em todo o país, diante da política de ataque à educação pública e às universidades do governo Lula e Dilma. Aliás, os congressos do Andes têm sido marcados por debates e discussões rebaixados, expressando o nível de burocratização e distanciamento da direção em relação à base dos docentes, sem tirar um plano de luta compatível com o nível de ataques que a categoria vem passando sob os governos petistas. Após a des-

filiação de alguns sindicatos do Andes e criação do Proifes pela burocracia petista em rechaço à política divisionista do PSTU, os burocratas falam na necessidade histórica de recuperar o Andes através do trabalho de base. O 31º Encontro nacional do Andes ocorreu em Manaus, no Amazonas, no período de 15 a 20 de janeiro de 2012, com a participação de 327 delegados, 44 observadores e outros tantos convidados com o tema “caprichar na educação, garantir direitos dos trabalhadores para ter futuro”. O tema já demonstra os rumos do sindicato dirigido por uma direção reformista (PSOL) e centrista (PSTU).

No que tange à luta contra a atual direção do sindicato dos docentes da Universidade Federal da Bahia (APUB) e à CSP-Conlutas, duas posições claramente distintas e contraditórias se enfrentaram. Os setores ligados ao PSTU e à direção regional do Andes destacaram os supostos avanços com a divisão da CUT e formação da CSP - Conlutas, alegando que a estrutura da CSP - Conlutas rompe com o modelo de sindicato vertical herdado da era Vargas. Nós, militantes da Corrente Proletária na educação/POR, denunciemos o burocratismo da direção da CSP - Conlutas e o erro de sua política divisionista no movimento em geral e docente. A raquítica oposição à direção da APUB sequer consegue se reunir para discutir os ataques e a situação da educação e tirar atividades de luta. Parte da Oposição decidiu por criar uma nova seção do Andes, posição que divide ainda mais a categoria. Defendemos a necessidade da unidade na luta da oposição e a retomada do trabalho de base entre professores e estudantes para derrotar a atual política da direção petista.

Outra discussão de grande peso foi quanto ao problema da Previdência e aposentadoria do funcionalismo público, sobretudo as medidas antipopulares que o governo Dilma está impondo e terá de ampliar diante da crise econômica. Nesse sentido, esclareceu-se com base em dados que o pagamento de juros e amortizações da dívida consome quase a metade dos recursos da união. Em 2011, o governo Dilma pagou de juros e amortizações da dívida 45,05%, equivalente a R\$ 708 bilhões de reais e investiu apenas 2,99% com a educação, 0,32% com ciência e tecnologia, portanto no ano de 2011 foram gastos quase R\$ 2 bilhões por dia com a dívida pública. Os trabalhadores pagam a conta da crise. Com relação à criação de fundos de pensão para servidores de todas as esferas, federal, estadual e municipal, a medida só trará lucros ao sistema financeiro. O chamado FUNPRESP, Fundo de Previdência do Servidor Público foi criado pelo projeto lei 1992, deverá ser um dos maiores fundos de pensão e se insere nas tendências ditadas pelo banco mundial. Na prática, esse fundo acaba com a aposentadoria integral dos servidores públicos. A marca do encontro foi o fato da categoria sair desarmada para enfrentar a crise e os ataques à educação. Diante da postura da direção regional do Andes, a oposição tirou indicativo de reunião para avaliação do encontro e construção de um plano de lutas com a base. Por uma oposição revolucionária ao governo Dilma; Abaixo a reforma da previdência e os ataques à educação; Construir as plenárias de base para paralisação nos dias 19 e 25 de abril.

Eleições para o grêmio do IFBA

Organizar uma chapa com um programa de luta

No mês de maio ocorrerá a eleição para a nova direção do grêmio estudantil do Instituto Federal da Bahia (IFBA). As eleições acontecem numa conjuntura marcada pelo desenvolvimento da crise estrutural do capitalismo, de implementação de medidas antipopulares pelos governos de diversos países, inclusive no governo Dilma (PT/PMDB/PCdoB) e de retomada das lutas dos explorados, através de manifestações de massa, de greves e ocupações de praças e avenidas. Além disso, a situação de miséria, de desemprego, fome e opressão da juventude, dos trabalhadores e desempregados tem desencadeado diversos levantes no norte da África e Oriente Médio.

No Brasil, o governo Dilma (PT) tem protegido os capitalistas, descarregando sobre os trabalhadores, a juventude, o campesinato e demais explorados os efeitos da crise mundial. Aprovou a reforma da Previdência, cortou verbas para os serviços sociais, privatizou aeroportos, pretende criar fundações para entregar os hospitais universitários à exploração privada, congelou a remuneração dos servidores federais, impõe o sistema produtivista aos docentes e reprime as diversas greves de operários e servidores, através da Força Nacional de Segurança e da aplicação da lei antigreve.

Os estudantes têm, portanto, a tarefa de mobilizar o conjunto da juventude do IFBA em defesa da educação pública

contra a política de desnacionalização, privatização e corte de verbas do governo federal. Para tanto, precisa superar o corporativismo e o isolamento, unindo-se ao movimento secundarista e à luta dos estudantes das universidades. Além disso, é preciso articular a luta estudantil à mobilização docente e do conjunto do operariado e demais explorados por emprego, salário, terra e educação pública. O método da ação direta é o caminho para a conquista das nossas reivindicações e de avanço da luta anticapitalista e anti-imperialista.

A Corrente Proletária Estudantil/POR chama as correntes de esquerda, que se reivindicam socialistas, e o conjunto dos estudantes a constituírem uma chapa sobre a base: a) de uma plenária para discutir coletivamente o programa e o método de organização da chapa; b) da mobilização dos estudantes à base de um programa de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, única, autônoma e vinculada à produção social, contra a política privatista e a desnacionalização; c) de um grêmio livre, democrático e combativo; d) de um movimento estudantil que se baseie no método da ação direta; e) de uma entidade estadual secundarista que se apoie nas instâncias de base (congressos, conferências, plenárias); f) do combate da superexploração e do desemprego dos jovens; g) da afirmação da aliança operário-estudantil.

Atual conjuntura da educação no Ceará

Município: Sindiute aceita 10% de reajuste da prefeitura e finda campanha salarial

No dia 04 de abril, a Câmara de Vereadores votou a Lei 9.890/12, de autoria da prefeitura do PT que reajustou os salários dos professores em 10%. O reajuste que, para muitos, pode parecer satisfatório porque está acima da inflação do período (o IPCA dos últimos 12 meses é 5,24%) foi na verdade abaixo do que determinava a lei: 22,2% (índice de reajuste do piso nacional) e muito aquém do reajuste realmente necessário para se chegar ao salário mínimo vital de R\$ 4.000,00. O Sindiute aceitou ainda a proposta da Prefeitura de transferir 15% a regência de classe (que caiu de 35% para 20%) para nosso vencimento base. A lei aprovada estabelece também o 1/5 da jornada para hora-atividade (a lei manda que seja 1/3). Ao invés da diretoria do Sindiute rejeitar as duas propostas enviadas pela prefeitura e preparar a greve para maio, aceitou uma delas e deixou a categoria de mãos atadas.

Estado: Apeoc aprova e envia pauta da campanha salarial sem consultar a categoria

A Apeoc protocolou, no início de março, a pauta da campanha salarial 2012 na SEDUC. Esta pauta não foi aprovada em nenhuma assembléia da categoria. A direção da Apeoc (Anízio

e Cia) encontra-se completamente desmoralizada desde a traição na última greve em 2011, quando aliaram-se ao governo para enterrar o movimento. O sindicato negocia a sós com o governo. A categoria enojada tem rejeitado participar de qualquer atividade. Há um sentimento de desfiliação em massa e até alguns setores propondo um novo sindicato. A Corrente Proletária/POR fez campanha nas escolas com boletins e exige a convocação imediata de assembléia. Defende a convocação de um congresso da categoria em junho para discutir a questão sindical e a retomada da luta.

Rede de Zonais

A Apeoc pretende não ser incomodada na campanha salarial. As negociações são sempre de cúpula. A rede de zonais, por isso, tem voltado a rearticular-se, impulsionada entre outros setores pelo POR que tem convocado a retomada de suas reuniões. A derrota da greve fez enfraquecer o movimento e, por tabela, a Rede de Zonais; mas o elemento principal que é preciso desembaraçar-se no interior da rede é a indefinição quanto ao que ela deve ser e como trabalhar. Enquanto isso, permanece semi-paralisada. Por isso fará um seminário para discutir a questão sindical, o congresso dos trabalhadores em educação e um plano de lutas para combater a burocracia.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Nesta edição:

- Realizadas a Conferência Nacional do Partido Operário Revolucionário da Argentina e a reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
- Grécia, Portugal e Espanha – barbárie social à vista
- Bolívia: A luta por salários que correspondam ao custo da cesta familiar (salário mínimo vital) não é negociável e nem pode ser traída

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Realizadas a Conferência Nacional do Partido Operário Revolucionário da Argentina e a reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Nos dias 6, 7 e 8 de abril, os delegados do POR aprovaram a resolução política e um conjunto de resoluções. Em seguida, o Comitê de Enlace se reuniu com a participação das seções Argentina, Bolívia e Brasil. Um dos pontos fundamentais da resolução apresentada pelo CC na Conferência foi o do conflito entre a Argentina e a Inglaterra sobre as Malvinas. Discutiu-se o controle inglês sobre a ilha como resultado do domínio imperialista mundial. Na reunião do Comitê de Enlace foi decidido divulgar uma posição, que consta na resolução publicada abaixo.

- O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui) se pronuncia diante da legítima reivindicação do povo argentino de soberania sobre as Malvinas. A dominação colonial sobre as Malvinas constitui um símbolo de opressão nacional que mantém viva nas massas a bandeira de sua recuperação. Trata-se de uma manifestação do choque entre nações opressoras e oprimidas.
- Nenhum governo burguês pôde recuperar a soberania sobre as Malvinas durante esses 179 anos e não poderá, o que mostra sua impotência e incapacidade. Sua submissão ao capital financeiro imperialista lhe põe limites intransponíveis, por isso, o Governo Kirchner não pode defender consequentemente essa reivindicação. Pela via diplomática, nunca será recuperada a soberania.
- A Inglaterra, com o apoio dos Estados Unidos e Europa, atacou militarmente a Argentina em 1982, expressando a supremacia militar do imperialismo e a opressão nacional, matando centenas de soldados que combateram nas piores condições, sob o regime da ditadura.
- O imperialismo reforça sua presença militar nas Ilhas com navios de guerra e submarino nuclear, para defender sua possessão estratégica e a exploração pesqueira e petroleira altamente valorizada.
- A Argentina está submetida ao imperialismo pela presença dominante das multinacionais nos principais ramos da produção (entre elas, numerosas empresas britânicas).
- Denunciamos as poses de pura demagogia verbal dos governos burgueses latino-americanos servís à dominação imperialista. Somente a classe operária e os oprimidos poderão adotar medidas práticas de solidariedade efetiva.
- Essa tarefa democrática só poderá ser resolvida pelo proletariado, dirigindo as massas em uma frente única anti-imperialista, e fará parte da luta pelo fim de toda forma de dominação imperialista.
- A tarefa de recuperar as Malvinas tem alcance continental, é uma reivindicação democrática que passa para as mãos da classe operária e de todos os oprimidos, que a solucionarão pela via revolucionária, expropriando e expulsando o imperialismo. A luta pela independência nacional e contra toda opressão imperialista será dirigida pelo proletariado, com sua estratégia de pôr em pé os Estados Unidos Socialistas da América Latina.
- Fora o imperialismo das Malvinas, da Argentina e da América Latina!

8 de abril de 2012

Situação Política Nacional*

O documento apresentado na Conferência parte da constatação dos aspectos fundamentais da economia nacional, que serão afetados pela crise mundial para, assim, prognosticar o rumo da economia no próximo período e precisar os eixos mais importantes da mobilização da classe operária.

Nesta primeira publicação, apresentamos um resumo do primeiro ponto do texto, dedicado a analisar os fundamentos da estrutura econômica e as medidas políticas de preservação das posições do capital contra as massas, realizados pelos gover-

nos kirchneristas, ao longo dos últimos dez anos.

1. Fundamentos da estrutura econômica argentina, a sua vinculação com o mercado mundial.

O governo burguês de Cristina Kirchner mantém o superávit comercial para: 1) gerar um excedente de entrada de divisas que lhe permita continuar pagando pontualmente a dívida externa...; 2) pagar as importações de acessórios e insumos para alimentar a produção local; 3) ...pagar as importações de gás, eletricidade,

gasolina, que cubram o déficit energético atual.

A desvalorização do peso no ano de 2002 permitiu impulsionar as exportações ao baratear o custo local em dólar e impor uma barreira à importação indiscriminada. Esta fórmula está quase que esgotada pela inflação de todos esses anos, que superou o ritmo de desvalorização do peso. Observa-se o agravamento da queda de preços de produtos que se exportam e o barateamento dos produtos que se importam.

O governo decidiu não desvalorizar (...) porque o benefício que teria com a desvalorização esgotar-se-ia rapidamente pelo repasse aos preços internos, gerando maiores reclamações dos assalariados. A burguesia não pôde sair da dolarização da economia.

As exportações e importações demonstram o caráter semicolonial da Argentina: as exportações estão dominadas pelas multinacionais, os produtos primários representam um percentual substancial (*ao redor de 50%, reunindo produtos primários –minerais, petróleo, gás, etc.- e commodities agrícolas –soja, trigo, milho e derivados- N.E.*) do que se exporta; as importações concentram-se em combustíveis (até as privatizações de Menem, a Argentina auto se auto-abastecia), em acessórios de carros que não se produzem no país (70% dos componentes); em acessórios para armar produtos que depois se consideram “produção nacional”, etc.

Enquanto a Argentina exporta produtos alimentícios ao mundo, que equivalem a alimentar a 400 milhões de pessoas, crescendo a cada ano, os governos burgueses não podem resolver a situação de desnutrição e má alimentação que afeta milhões de pessoas, especialmente as crianças.

(...)

Mais de 50% do que o Estado arrecada vem do bolso da população¹. A arrecadação orçamentária (...) deve vir do bolso dos capitalistas. A tendência do governo, pelo contrário, é aumentar as arrecadações pela via da elevação das tarifas (...) não pagar os precatórios aos aposentados, conceder à maioria deles uma aposentadoria mínima, reduzir os salários na administração pública, frear a obra pública, não reajustar os subsídios sociais (...)

Gigantescos subsídios corroem o orçamento do Estado, dirigidos principalmente a empresas que foram privatizadas nos anos 90 e a diversos monopólios. Tais subsídios vêm aumentando, passando de 6,5 bilhões em 2006 para 31 bilhões de pesos em 2008 e, mais de 78 bilhões, em 2011. O setor mais favorecido é o da energia, com 45,8 bilhões no ano passado, seguido pelo transporte com mais de 21 bilhões de pesos (...) Os serviços da dívida cresceram 2,5% do PIB, 45 bilhões, sendo que uma parte foi dirigida aos organismos estatais com os quais o Estado tem dívidas.

As políticas de arrocho chegaram aos estados, atacando as condições de trabalho dos funcionários públicos. Em Córdoba, não se renovarão contratos para os 9.000 trabalhadores, em Rio Negro, a 4.000 e pretende-se reduzir 20.000 empregos públicos. Anunciou-se o fim de bônus, horas-extras e adicionais para os empregados da administração pública nacional e um novo recuo na sua paritária.

(...)

A inflação (...), nos últimos anos, esteve entre 20% e 30% ao ano, atingindo os ganhos da maioria da população, empobrecendo vastos setores que não têm como reajustar seus salários (...). É um ponto explosivo, porque empurra os trabalhadores a

exigir permanentemente reajustes, que ao menos equiparem aos aumentos dos preços dos produtos da cesta familiar (...)

Uma das razões pelas quais o governo mantinha os subsídios à eletricidade, ao gás e ao transporte é porque sabe que a elevação das tarifas é inflacionária e é repassada aos preços. O elevadíssimo índice de inflação tem sua raiz na luta constante dos capitalistas por anular os reajustes salariais, que estão obrigados a ceder, por manter e acrescentar sua taxa de lucro se apropriando da maior capacidade de consumo real da população. O alto grau de concentração de ramos da economia em poucas mãos anula a concorrência, por isso, a formação dos preços é arbitrária, procurando a taxa de lucro mais elevada sem considerar o limite da capacidade de consumo da população (...). A alta internacional dos preços das commodities impacta também sobre a formação de preços. Os setores empresariais, que têm mercadorias que exportam, querem obter no mercado interno o mesmo preço pelo menos que obtêm vendendo-as no exterior. Os combustíveis custam como se fossem importados do Oriente Médio, embora seu custo de produção seja ínfimo, e estes preços incidem na formação de todos os preços da economia.

(...)

Avança o processo de concentração, desnacionalização e centralização da economia. Sob a ditadura militar, porém, fundamentalmente, sob o governo peronista de Menem, se produziu um salto neste processo. Entregando as empresas estatais, privatizando-as, trocando-as por títulos da dívida externa que nada valiam e a preço vil e com créditos do Estado. Este processo combinou-se com a compra pelas multinacionais de grandes empresas privadas rentáveis, a compra de terras (alguns latifundiários de origem estrangeira, como Soros ou Benetton, converteram-se nos maiores proprietários de terras).

As multinacionais passaram a controlar a distribuição de gás, a provisão de água, os aviões, os barcos, o petróleo, o aço, os telefones, as aposentadorias, etc. Grandes corporações multinacionais ocuparam os setores vitais da economia. Algumas foram re-nacionalizadas porque se achavam à beira da quebra pelo seu esvaziamento (Aerolíneas Argentinas), o sistema das AFJP's (uma grande quebra que começava a demonstrar a grande mentira que havia construído), Águas Argentinas, os Correios.

O governo Kirchner (...) nada fez para recuperar o petróleo para a nação, YPF, Gás do Estado, o aço, os telefones etc. Estendeu-lhes as licenças e não recuperou o dinheiro colocado pelas AFJP's nessas empresas (...) As grandes imposições do capital financeiro (...) contra as massas se mantêm.

O governo estimulou o grande negócio da mineração a céu aberto nas mãos das mineradoras mais poderosas do mundo, empreendimentos contaminadores, destrutivos, que só trazem desastres para o país. Nesses negócios, associam-se os governadores que são participantes ativos e necessários à exploração.

O comércio exterior está dominado por empresas multinacionais. Medidas de defesa da Nação como nacionalizar os bancos e o comércio exterior, acabar com os latifúndios, etc. colocadas como bandeiras históricas do peronismo, desde a sua fundação, foram jogadas no lixo. Ao mesmo tempo em que se reclamava uma lei de terras para que não se continuasse vendendo a investidores do exterior (não mais de 15% de terras para estrangeiros) nada se faz para acabar com as terras já ocupadas, muitas delas em locais estratégicos, que contêm lagos, rios, aquíferos, sendo

expulsos os povos nativos.

(...)

Um dos pontos estratégicos dos governos Kirchner foi o de cumprir todos os pagamentos da dívida externa (...), ficando ainda pendente a dívida com o Clube de Paris, que vem negociando nos últimos anos (...) necessita fechar esta negociação para sair formalmente da situação de devedor no mercado financeiro internacional e anular todas as punições para ter o financiamento externo e poder pagar taxas de juros mais baratas...

Porém, o crescimento da dívida pública interna é uma bomba relógio. O Banco Central, Banco Nación, o ANSES se enchem de bônus, que crescem sem parar e que refletem nos compromissos futuros do governo que deverão saldar (...). O governo recorrerá ao arrocho das contas públicas para gerar excedentes que lhe permitam fazer os gastos sem necessitar de novos empréstimos e, também, tentar cancelar as dívidas acumuladas.

(...)

A classe operária tem outra política, completamente diferente, contrária ao interesse do capital financeiro, imperialismo, das multinacionais e dos grandes capitalistas. A política da classe operária procura subverter o regime da propriedade capitalista para pôr todos os recursos materiais, técnicos, humanos à disposição para resolver os problemas da maioria oprimida.

Grécia, Portugal e Espanha – barbárie social à vista

Sem rumo, Grécia é a primeira a quebrar

Desde fevereiro, as manifestações de rua nas principais capitais do país se intensificaram. Isso porque novas medidas de austeridade têm sido debatidas no parlamento grego. A população, sobretudo a juventude, tem ostensivamente se chocado contra as forças policiais do governo. O desemprego, na casa dos 20%, só tende a aumentar nos próximos meses.

Nos dias 12 e 19 de fevereiro, manifestações multitudinárias demonstraram a revolta dos trabalhadores diante do anúncio de novos cortes em serviços sociais e na perda – já tão evidente – da autonomia do país frente aos credores internacionais. Na ocasião, tratava-se de se ajustar ao novo pacote de ajuda prometido pelo Banco Central Europeu no valor de 130 bilhões de euros. Os protestos do dia 19 antecederam as negociações dos ministros das finanças de vários países europeus que ocorreram no dia 20.

Alinhados com o povo grego, manifestações em outras onze capitais aconteceram no dia 19 de fevereiro (Madri, Londres, Amsterdã, Berlim, Paris, etc.), o que demonstra os laços de solidariedade que vão sendo fortificados por meio dos choques constantes dos trabalhadores contra seus governos locais.

Mas se são embrionários os laços de solidariedade consciente entre os trabalhadores de todo o mundo, no caso dos governos burgueses, já existe uma união sólida. A Comissão Europeia tem pressionado o governo grego a adotar mais medidas de austeridade para se manter na zona do euro, preservando a suposta “estabilidade” da moeda do bloco. E a resposta do parlamento grego tem sido afirmativa. Um pacto firmado entre os principais partidos selou uma espécie de pacto “na-

A cada crise, aprofundam-se ainda mais as condições de vida das massas. O espetacular crescimento econômico dos últimos 10 anos permitiu o enriquecimento monumental dos capitalistas enquanto que milhões de famílias continuam na miséria, grande parte dos empregos recuperados são precários e não se desmontou a flexibilização/escravidão dos anos 90.

Uma correta caracterização da situação atual permite-nos extrair as consignas centrais da intervenção da classe operária neste sentido.

NOTAS:

- 1) Os recursos orçamentários do Estado baseiam-se no imposto IVA (imposto ao valor agregado), cerca de 27% do total, que pagam todos os consumidores; em contribuições à previdência social, deduzidas dos salários dos trabalhadores mais uma cota (que tende a se reduzir ainda mais) das contribuições patronais, cerca de 24,9% do total; logo segue o imposto de renda por volta de 9,7%, incluindo o imposto de renda sobre os salários; finalmente, as entradas por direitos de importação e exportação, em torno de 13,3%.

* *Extratos do documento de Situação Política Nacional do POR da Argentina*

cional”. Assim, acima das disputas interburguesas nacionais, evidencia-se o interesse do capital financeiro internacional que domina a região e que pouco se importa realmente com a quebra do país.

O certo é que, depois de três anos com PIBs abaixo de zero (em 2009, -2%; em 2010, -4,5%; em 2011, -5,5%), com as medidas de austeridades já adotadas, com a balança comercial deficitária, e com o desemprego nas alturas, a situação do país só pode piorar com a nova “ajuda” internacional. A dívida do país que era de 140% do PIB saltou para 160% nos últimos dois anos.

Salvar a “democracia” grega

Depois das violentas jornadas de fevereiro, os institutos de pesquisa, a serviço da democracia burguesa, saíram às ruas para colher as intenções de votos, uma vez que as eleições legislativas foram antecipadas para o dia 06 de maio.

Como era de se esperar, os dois principais partidos, o socialista (PASOK) e o da direita (Nova Democracia) aparecem na frente, mas, juntos, não totalizam nem 35% das intenções. Atrás surgem os partidos de “esquerda”, como o Partido Comunista, com quase 13% das intenções e outros partidos reformistas menores. A ultra-direita também cresce, mas com percentuais ainda abaixo dos 5%. A verdade é que se utilizam da campanha em torno da renovação do parlamento para justificar a manutenção da política antipopular.

Todos sabem que o Partido Comunista Grego não é a saída. Seu programa nacionalista pede o “perdão” da dívida e sugere um pacto para o desenvolvimento do país. A sua tradição estalinista já o levou, em 1989, a fazer frente com a direita (a Nova

Democracia). Os demais partidos da esquerda ou direita aliam nacionalismo com medidas de proteção à burguesia nacional.

Sem dúvida, crescerá o abstencionismo nas eleições desse ano. A depressão econômica quebra as ilusões democráticas. Muitos comentaristas burgueses já falam da “degradação” das instituições democráticas. O choque contínuo das massas com os governos e com a força repressiva do Estado alimenta a perspectiva revolucionária. É bom lembrar que, até 2009, a Grécia era o país da União Europeia que, proporcionalmente em relação ao seu PIB, mais gastava com despesas militares, em virtude da tensão histórica com a Turquia, país vizinho. O uso da polícia antimotim em qualquer conflito evidencia a intenção dos políticos burgueses em manter a ordem a qualquer custo. Por esses duros choques, os trabalhadores e a juventude vêm o que representam as instituições da democracia burguesa e contra elas mais violentamente têm se colocado.

A ausência da Quarta Internacional dificulta o caminho para que as revoltas, levantes, protestos e greves gerais se transformem em ação revolucionária pela derrubada do governo burguês e em favor do surgimento de um governo proletário. A questão do poder inevitavelmente passará pelas ruas gregas. Sem um partido revolucionário, no entanto, ela logo se diluirá na manutenção da ditadura burguesa, cada vez mais reacionária.

Portugal – entre a recessão e a quebra

Já o movimento de 2012 em Portugal iniciou-se em março. Mais particularmente no dia 22, quando um greve geral estourou nas principais cidades do país. Mais de 30 manifestações ocorreram e a violência policial ficou evidente na capital, Lisboa, onde centenas de manifestantes foram alvos de balas, bombas e cassetetes. Setores importantes foram paralisados, como o dos portos, o de transportes, várias fábricas e alguns setores públicos.

Embora não tão massiva como a greve geral de novembro de 2011, a paralisação do dia 22 foi mais radicalizada e serviu para limpar o terreno e mostrar de que lado estão as Centrais e os partidos da ordem. Convocada apenas pela CGTP, a outra grande central do país, a UGT, fechou acordo com o governo em nome da “estabilidade política e econômica”.

Oficialmente, um em cada três jovens está desempregado e mais de dois milhões de portugueses vivem abaixo da linha da pobreza, numa população estimada de menos de 11 milhões de habitantes. Os cortes na saúde ultrapassam 1 bilhão de euros e, na educação, mais de 1,5 bilhões, enquanto a taxação e os impostos aumentam.

Se antes Portugal apresentava as piores taxas de desenvolvimento do bloco, com a crise, a situação tende a se desintegrar mais facilmente do que em outros países. A ideia de que Portugal não é a Grécia toma um contorno diferente do que os políticos burgueses queriam dar: enquanto os salários e as condições de vida na Grécia eram melhores, em Portugal a descida ao inferno será mais rápida. Pouco fôlego tem a economia do país, o desemprego e a restrição nos serviços públicos mergulharão a população em uma barbárie maior do que a prevista para os países vizinhos.

Os enfrentamentos de março e novembro de 2011 e agora, de março de 2012, apontam o desgaste do governo, mas não

evidenciam ainda o caminho a ser tomado. O governo português aparece ainda mais blindado pelos sindicatos e partidos do que o parlamento grego, por exemplo. Uma longa agonia é o que está reservado aos trabalhadores e desempregados de Portugal. A saída existente é a adoção dos métodos mais radicalizados, como já vem ocorrendo na Grécia. Novamente, a crise de direção revolucionária aparece no horizonte obstaculizando o caminho da revolução social.

Espanha – desemprego e novas reformas trabalhistas

Ainda em março, outra greve geral agitou um país europeu. A Espanha, sacudida há pelo menos três anos com as maiores taxas de desemprego, tem se deteriorado a passos largos. Uma terceira reforma trabalhista foi anunciada: demissão sem aviso prévio, contratação por tempo determinado, diminuição de encargos trabalhistas: tudo isso são medidas anunciadas pelo governo espanhol para garantir maior “competitividade” das empresas espanholas.

Enquanto o desemprego na juventude chega ao 40% e ultrapassa os 22% em toda a população, a burguesia espanhola continua a lucrar com o aumento da taxa de exploração. A greve geral de 29 de março, nesse quadro, mostra-se até inferior às necessidades colocadas para a defesa da classe trabalhadora na Espanha. As manifestações que ocorreram nos dias 29 e 30 de março, mesmo que radicalizadas em alguns pontos do país, e com ampla participação dos desempregados, juventude e parte da classe operária, não pode conter o ímpeto do governo.

Pesa sobre o país, mais do que sobre outros, a traição das Centrais Sindicais que se calaram diante das reformas trabalhistas executadas ainda no governo socialista. Agora, com o governo dito de direita, de Mariano Rajoy, organizam atos para reverter o que há muito já vem ocorrendo.

Se 800 mil foram às ruas, com destaque para as manifestações de Madri e de Barcelona, onde centenas ficaram feridos nos confrontos com a polícia, essa massa humana não tem uma perspectiva revolucionária à frente. Em nenhum momento, as Centrais sindicais levantam a palavra de ordem de “abaixo o governo direitista”, isso porque objetivam, em última instância, a saída institucional, a via parlamentar e eleitoral.

A fraqueza das direções representa a força da política burguesa, que pretende, em mais um gesto de autoritarismo, fazer passar uma lei que condena, a até dois anos, os grupos que organizarem protestos e defenderem o confronto com a polícia.

O monopólio da violência é do Estado burguês, repisou um dos ministros espanhóis, em recente entrevista. Sem a violência revolucionária, entretanto, a violência da classe capitalista, dos especuladores do FMI, Banco Central Europeu continuará à solta. Resgatar a tradição de luta da classe operária espanhola é fundamental para barrar os ataques sofridos.

Solidariedade de classe, luta pelos Estados Socialistas da Europa

Experiências pontuais foram levantadas desde 2008 no sentido da unificação das lutas. Paralisações e atos continentais ocorreram em 2009 e 2010. As Centrais e sindicatos de tradição social democrata e estalinista, no entanto, não puderam impulsionar essas ações.

Os elos economicamente mais fracos da União Europeia

são os primeiros a sentir o peso da crise. Naturalmente, nesses elos surgem também as maiores manifestações da luta de classes. A história já demonstrou, contudo, que a espontaneidade das massas caminha para o reformismo burguês. A saída revolucionária precisa ser consubstanciada em bandeiras e numa estratégia clara aos trabalhadores. A defesa dos Estados Socialistas da Europa corresponde à consigna mais elevada quando se trata da solidariedade de classe entre os trabalhadores das diferentes nações europeias. É necessário que ela apareça no horizonte das lutas, assim como é preciso que a contestação ao poder burguês tome forma mais concreta, como já vem ocorrendo na Grécia. O processo, sem os partidos operários revolucionários, sem a Quarta Internacional, é mais vagaroso e pode não avançar.

Bolívia:

A luta por salários que correspondam ao custo da cesta familiar (salário mínimo vital) não é negociável e nem pode ser traída

Mais uma vez, o governo do MAS (governo burguês disfarçado com o poncho indígena) assinalou que a referência para o aumento salarial é a inflação do ano (de acordo com os fraudulentos índices do INE, 7%) e que irá aumentar o Salário Mínimo Nacional em apenas 15 %.

A mesma história de todos os anos contada por todos os governos da incapaz burguesia nativa.

O rechaço a esta nova afronta aos trabalhadores não ficou à espera, inclusive a burocracia sindical se pronunciou rejeitando a intenção do governo. Enquanto isso no outro extremo, a patronal disse que não é capaz de aumentar em 15% o Salário Mínimo Nacional. Lembrando que a grande maioria das empresas paga aos seus trabalhadores o mínimo nacional, que é cerca de dez vezes menor que o custo da cesta básica familiar.

O problema para os trabalhadores (para o deleite dos patrões) é que as lideranças sindicais burocráticas, mesmo sob pressão das bases (que lutam por um salário que cubra o custo da cesta básica), não acreditam nem por um momento que esta reivindicação é possível e, invariavelmente, acabam negociando apenas alguns pontos percentuais.

O salário é a expressão concreta da relação entre o operário proletariado e o burguês. O burguês, dono dos meios de produção, compra do operário a sua força de trabalho, o preço que o burguês paga é o salário.

O proletário para viver e alimentar sua família é forçado a vender sua força de trabalho que é tudo o que ele tem. No capitalismo, o trabalho é mais uma mercadoria (mercadoria é tudo o que é vendido e comprado) a partir do momento em que o trabalhador foi separado dos meios de produção (especialmente dos mais importantes: as fábricas, a terra, os recursos naturais, etc.) estes se tornaram propriedade privada.

O valor das mercadorias é dado pela quantidade de tempo de trabalho humano socialmente necessário (ou seja, médio) para produzi-la e que no capitalismo é determinado pelo ritmo da máquina. O valor da mercadoria força de trabalho é determinado pelo valor dos bens que precisa consumir para sobre-

A História se faz de sobressaltos. É necessário resgatar as tradições de luta do século XX, os períodos heroicos em que a classe operária atuava de forma solidária com os trabalhadores dos demais países do continente. Novas direções devem surgir dessas lutas – a possibilidade está dada. Mas sem o programa da Revolução Socialista, Proletária, sem as experiências acumuladas pelo marxismo-leninismo-trotskyismo, serão limitadas as investidas contra o poder burguês. A História, porém, demonstra que esses obstáculos podem ser ultrapassados e a crise capitalista pode dar lugar a uma etapa de revoluções e contrarrevoluções. Cabe às novas gerações erguerem a tarefa de construção dos partidos revolucionários e aproveitarem esse levante da classe operária e dos demais oprimidos para por fim ao reino do capital, hoje tão decrepito e reacionário.

viver, reproduzir suas energias gastas no trabalho e sustentar sua família (alimentos, vestuário, abrigo, educação de filhos, etc.).

O que interessa aos operários, cuja força de trabalho o burguês explora, é o poder de compra dos salários (salário real), isto é, que o montante de dinheiro recebido como salário chegue a cobrir pelo menos suas necessidades básicas, isto é, deve cobrir o custo da cesta básica familiar (salário mínimo vital) e esse poder aquisitivo deve se manter ante a evolução dos preços (escala móvel de salários), o que significa que os salários devem ser reajustados automaticamente no mesmo patamar que a elevação dos preços das mercadorias.

O montante do salário deve ser definido com base nas necessidades das famílias operárias e não pelo lucro dos patrões.

Se a patronal é incapaz de pagar um salário que possa cobrir o custo da cesta básica (atualmente estimada em 8.000 Bs), significa que a classe dominante já não pode mais alimentar seus próprios escravos. Corresponde então derrubá-la revolucionariamente, estabelecendo as bases de uma nova sociedade em que os meios de produção tornem-se propriedade social sob controle operário e administrada pelo Estado operário.

A burocracia sindical deliberadamente esquece a essência do salário e evita a luta pelo salário mínimo vital, capitulando ante a posição patronal de que os salários devem ser negociados tendo em conta a saúde da empresa, ou seja, o ganho dos empresários, sua situação econômica ou as do Estado burguês.

A consequência é que o salário vai perdendo de forma sistemática e constantemente o seu poder de compra, piorando as condições de vida dos trabalhadores, o desemprego em massa devido à falta de postos de trabalho para os jovens e os trabalhadores desempregados, ou seja, a destruição física da força de trabalho.

(extraído do Jornal “Masas”, nº 2258, de 06/04/2012)

Estamos publicando uma série de artigos redigidos por León Trotsky, denunciando os crimes da ditadura burocrática de Josef Stálin contra os opositores que resistiram ao processo de degeneração do Partido Comunista russo. Esses escritos têm particular importância porque refletem o encarniçado confronto entre as posições revisionistas do estalinismo e as de continuidade do leninismo-trotskismo, ou seja, do internacionalismo proletário. Mais do que nunca, é preciso manter viva a luta da Oposição de Esquerda Russa e, depois, Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky.

A tarefa de reconstruir a IV Internacional surge, sem dúvida, das particularidades atuais que se manifestam na crise estrutural do capitalismo. Porém, necessariamente, temos de retomar as posições originais materializadas pela Oposição de Esquerda russa e desenvolvidas pela Oposição de Esquerda Internacional, que resultou na fundação da IV Internacional sobre a base do Programa de Transição.

O Suicídio de Skripnik⁽¹⁾

15 de julho de 1933

“No dia 7 de julho se suicidou Skripnik. Havia ingressado como estudante ao movimento revolucionário e, pouco depois, se tornou um revolucionário profissional, em um bolchevique. Foi condenado várias vezes ao exílio, e outras tantas escapou. Esteve cinco anos na Sibéria. A biografia oficial de Skripnik diz que assumiu uma posição internacionalista no início da guerra e participou ativamente na Revolução de Outubro. Foi comissário do povo na Ucrânia de 1920 até sua morte. Foi, além disso, membro do Comitê Central do PC da União Soviética e do Burô Político do Partido Comunista da Ucrânia, membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista. Há poucos meses, a URSS celebrou solenemente o sexagésimo aniversário de seu nascimento.

Durante todo o período de luta interna no partido, Skripnik, juntamente com Kaganovich, Postishev (2) e outros, pertenceu ao círculo mais intimamente ligado a Stálin: sua base de operações estava na Ucrânia e dava o tom da luta e as represálias contra a Oposição de Esquerda. No entanto, trata-se não somente de um dos altos dirigentes da União Soviética, mas também de um membro do círculo privado de Stálin. Várias semanas antes do suicídio, a imprensa iniciou uma campanha contra Skripnik. No dia 10 de junho, Postishev, secretário do Comitê Central do Partido Comunista russo, arrivista e um dos lacaios mais submissos de Stálin, afirmou no plenário do Comitê Central da Ucrânia, dirigindo-se a Skripnik: “O trabalho de ucranização está nas mãos de toda raça de cães (...) Esses inimigos se escondem por trás de tuas costas como membro do Burô Político”. Pouco se sabe o que disse e o que fez Skripnik, naquela ocasião.

Segundo Postishev, Skripnik respondeu que a política que vinha aplicando era correta, mas que a situação estava mudando. A resposta de Postishev: “Não, o que vem fazendo era tão vil há seis anos como o é agora”. Só resta perguntar-se como é que durante os últimos seis anos (!) ninguém viu nem disse que Skripnik mantinha relações com elementos “nacionalistas burgueses” e antissoviéticos que levam “o carne do partido no bolso”, que Skripnik “defendeu esses elementos alheios e hostis”, que ocultou toda raça de cães por trás de suas costas (...)! Tudo durante seis longos anos.

Se essas denúncias têm fundamento, o que estavam fazendo o Comitê Central, a Comissão de Controle e o partido nesses seis anos?

A explicação do caso Skripnik, que culminou com seu

suicídio, só pode se encontrar no processo que sofre a União Soviética e o aparelho estalinista. Perdidos os últimos resquícios de sua autoridade entre as massas, a direção estalinista se vê obrigada a continuar avançando na repressão e no estrangulamento do partido, que converte a vanguarda leninista em uma massa amorfa e executora de meras ordens. O descontentamento e a diferenciação crescentes no partido se refletem no aparato. Este já não está seguro de si mesmo e, por isso, não pode cumprir o papel que Stálin lhe atribui. Stálin se vê obrigado a construir um aparato dentro do aparato, isto é, um estreito círculo de fiéis. A lógica de seu desenvolvimento leva o regime burocrático a socavar sua própria base. Diante de cada erro que comete, Stálin elimina setores inteiros do aparato, acusando esses elementos de traidores, sabotadores ou contra-revolucionários.(grifo nosso)

Os grandes e os pequenos funcionários pagam **hoje** os erros que Stálin cometeu ontem, porque a direção é “infalível”. Não lhe basta buscar os bodes expiatórios no aparato médio, tem de recorrer ao CC e ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Stálin condenou Skripnik sem se preocupar em apresentar provas para substanciar as denúncias formuladas contra ele. Referindo-se a um membro do CC e do CEIC – não a um fulano qualquer -, dizem que “deu confiança a elementos nacionalistas burgueses, escorados por trás de seus carnês partidários”. É a única explicação que dá ao CC. Quanto mais Stálin aperta o torniquete, mais claramente aparecem as fissuras. Skripnik é uma dessas fissuras. A máquina estalinista devora seus próprios criadores. E Skripnik, que não foi um elemento de segunda importância na criação dessa máquina, ficou preso em suas engrenagens.

(Extraído do livro Escritos, de León Trotsky, tomo IV- 1932-33, vol2)

.....

Notas

- (1) O suicídio de Skripnik. The Militant, 12 de agosto de 1933. A versão publicada no Biulleten Opozitsi, nº36-37, outubro de 1933, leva a assinatura “A”.
- (2) Pavel P. Postishev (1888-1938): secretário do PC da Ucrânia. Foi candidato ao Burô Político em 1934. Em 1938, o substituiu nesse posto Jruschov e Postishev foi vítima da Justiça de Moscou.

- Qual o significado da vitória da chapa *Não Vou me Adaptar* para o DCE da USP?



Escreva para Caixa Postal 01171 - CEP 01059-970 - S. Paulo - SP - proletariaestudantil@yahoo.com.br

Qual o significado da vitória da chapa *Não Vou me Adaptar* para o DCE da USP?

A chapa *Não Vou me Adaptar*, composta majoritariamente pelo MES (PSol) e PSTU, venceu com grande margem as eleições para o DCE da USP, com 6.964 votos (53,02%). Em segundo lugar, ficou a direitista *Reação*, com 2.660 (20,25%), seguida da *Universidade em Movimento* (composta pela APS/PSol, Consulta Popular, PCB e PCR), que recebeu 2.579 (19,64%). Em quarto lugar, ficou a chapa composta pelo POR, LER-QI, PCO, Praxis e estudantes independentes, a *27 de Outubro*, com 503 votos (3,83%). Em último lugar, a chapa do PT e PCdB, *Quem vem com tudo não cansa*, com 254 (1,93%).

O número total de votos superou em 4.000 o da eleição anterior, fato que se deve à disputa se dar no começo do ano, visto que as eleições foram adiadas por conta da mobilização do final do ano passado. Nos últimos anos, as eleições para o DCE aconteciam nos últimos dias de aulas, o que se dava, portanto, num quadro de relativo esvaziamento da universidade. Com o adiamento, as eleições ocorreram na quarta semana de aulas, com a universidade cheia. A mobilização do final de 2011 também se constituiu num fator importante, dado o acirramento das disputas políticas na universidade, elevando a importância das eleições do DCE.

A vitória da chapa *Não Vou me Adaptar* representa, em grande medida, a continuidade da gestão anterior. Algumas diferenças, no entanto, devem ser consideradas: uma parte da direção de 2011 constituiu uma chapa separada (principalmente a APS/PSol), a *Universidade em Movimento*. Além disso, o PSTU agora compõe a diretoria. A gestão de 2009 esteve nas mãos desse partido, ficando aliado do aparelho desde então, fazendo uma oposição eleitoreira e conciliando nos momentos decisivos da luta estudantil com a direção do PSol.

Prevaleceu na disputa eleitoral de 2012 a força do aparato dos centros acadêmicos (CAs). O controle das entidades nos cursos pelo PSol e PSTU se converteu numa poderosa máquina eleitoral. Por meio desse instrumento, a chapa exerceu grande influência sobre os estudantes. Durante a semana de recepção, que teve novamente um caráter festivo (que não mudou apenas pela realização

da chamada festa-protesto), as direções dos CAs se apresentaram amigavelmente aos calouros, que não observaram diretamente a atuação desses grupos no movimento real, acreditaram no discurso distracionista de defesa da “democratização da universidade”, favorecido pela situação de declínio da mobilização estudantil.

Ao se observar o quadro de votação por unidade, pode-se comprovar que os votos foram dados majoritariamente em favor das chapas identificadas com as direções dos correspondentes CAs. A chapa vencedora foi a que controlava maior número de CAs, seguida pela *Universidade em Movimento* (acusada pela vencedora de só fazer campanha onde controlava CAs) e pela chapa da direita (que só venceu em quatro unidades, justamente as mais elitizadas e com CAs identificados politicamente com ela).

O voto na chapa *Não Vou me Adaptar* tem um conteúdo conservador, na medida em que preserva a atual direção, sua política de conciliação de classes e sua prática de freio ao movimento. É possível que uma pequena parcela de estudantes que participou das lutas de 2011 tenha sido levada a votar nessa chapa contra a “ameaça” da direita, assim como um parcela de estudantes direitistas tenha votado nela justamente por sua prática (cordão de isolamento para entregar estudantes à polícia, defesa de uma política de segurança, discurso de democratização da universidade, rechaço às ações radicalizadas (ocupações), etc.). Mas essas parcelas não definiram a essência do resultado da votação, e sim o controle dos aparatos dos CAs.

A projeção dos aparatos dos CAs na disputa eleitoral demonstra que o corporativismo se encontra bem estruturado nas bases estudantis. O DCE tem se assentado nesse corporativismo, impulsionado pela política das correntes reformistas e centristas de esquerda. Significa que o DCE não se constitui ainda em uma organização que centraliza e dirige o movimento geral dos estudantes. E CAs, por sua vez, não funcionam ainda como instrumentos para vincular as reivindicações particulares das unidades com o movimento geral. Aí se encontra a essência do balanço político dessas eleições.

A chapa *Reação*

Em seu balanço, a *Reação* afirma que obteve uma “vitória moral em novembro de 2011”, referindo-se ao movimento grevista e ao adiamento das eleições para o DCE. O que se deu, na verdade, foi o inverso: a mobilização de 2011-2012 deu um duro golpe nas teses da direita. O caráter massivo da greve e das manifestações de rua demonstrou que a opinião favorável à PM no campus não tinha o peso que a direita dizia ter. Mesmo a imprensa burguesa teve de recuar na cobertura ao movimento na USP, embora ainda continue difamando.

Não só as suas teses foram questionadas, mas também organizativamente a direita teve de recuar diante do avanço da mobilização. A discussão sobre a repressão tomou vários cursos onde se supunha haver um amplo apoio à presença da PM. O comando de greve recebeu representantes de várias unidades, inclusive daquelas que não haviam aderido à greve. O que vimos foi uma divisão profunda entre os estudantes, com forte tendência ao rechaço à polícia.

Foi essa direita que compareceu às eleições. Quem a acompanhou pelo *Estadão*, e não pelo movimento real, talvez tenha se surpreendido. O fato é que a *Reação* não tinha expressão crescente nos cursos, estava restrita a algumas unidades, como nos últimos anos. O processo eleitoral, incluindo os debates entre chapas, demonstrou que se trata de um grupo fraco na fundamentação política.

A direita obteve poucas dezenas de votos a mais que em 2009. Em porcentagem, sua influência eleitoral diminuiu, pois o quorum de 2009 é 4 mil votos menor que o de 2012. Eleitoralmente, é impossível demonstrar o tal do perigo da direita tomar o DCE em 2012. Mas não se deve menosprezar que houve nos últimos anos um aumento da expressão política da direita, que ousou organizar atos de 40 pessoas, contra as greves e em favor da PM e de outras sandices. Há alguns anos, esses grupos jamais ousariam se manifestar, por força da mobilização que os mantinha acanhados. Passaram a ousar diante do recuo do movimento, da covardia política da atual direção do DCE. Contaram para isso com a ajuda poderosa da imprensa burguesa.

A direita não deixa de representar um risco, especialmente pelo apoio externo da mídia e da burguesia em geral, que amplifica sua voz senil. O combate a esse risco deve se dar no terreno da luta de classes. É com o avanço das lutas que a direita será encurralada e derrotada. Quando o movimento avança, a direita se retrai, deixando de se manifestar abertamente.

O resultado das urnas prova: MNN superestimou o peso político da direita

O Movimento Negação da Negação não quer admitir que superestimou a direita. Chegou a dizer que as eleições seriam decididas por centenas, talvez dezenas de votos. Seu chamado de “unidade das esquerdas” para esmagar a direita, no entanto, se revelou completamente subserviente ao centrismo e o reformismo, de onde veio. Dizem: “a direita poderia ter perdido por muito mais, por até 8.000 votos!”. Ora, por que não dizem logo que erraram? Sua posição liquidacionista em relação à chapa *27 de Outubro* se baseou num prognóstico equivocado. Não somos nós que dizemos, foram as urnas.

O outro fundamento da ruptura liquidacionista e do chamado voto crítico era o de que a chapa *Não Vou me Adaptar* representaria um voto para derrotar Rodas. É difícil entender como, já que o próprio MNN afirma que a chapa “mostra sua tendência por fugir do conflito, fazer arrefecer a luta e conciliar com a burocracia universitária” e ainda “em um dos primeiros panfletos dessa chapa sequer era citada a presença da polícia no campus”. Poderíamos acrescentar que essa chapa não reivindica o fim dos processos também.

Tudo isso mostra que o “voto para derrotar Rodas” JAMAIS poderia ser expresso por essa chapa. É impossível provar que a vitória da chapa do PSol/PSTU expressa uma derrota da reitoria. O salto mortal do MNN para justificar seu voto como “crítico” o faz bater com a cabeça no chão. Mas o pior ainda estava por vir: no seu balanço das eleições, o MNN enfeita a chapa vencedora: “A *‘Não Vou me Adaptar’* só tem duas opções: ser consequente com seu discurso, ser consequente na luta contra o Rodas, ou, pelo contrário, pela via da conciliação, baixar o ânimo de luta dos estudantes e jogar fora esse novo e grande setor (4.000) que se mostra disposto a lutar.” Afinal de contas, se o conteúdo do chamado voto “crítico” é verdadeiro, então essa conclusão só pode ser falsa! Se antes das eleições o MNN tinha de fazer a “crítica” para não ser acusado de ir a reboque dos pelegos, agora ele tem de enfeitar os pelegos, porque seus votos não fizeram a menor diferença na luta contra a direita, e o enfeite dos pelegos justifica sua capitulação diante deles.

Outra verdade inconveniente (para o MNN) é que vinha defendendo que as eleições eram secundárias, que devíamos concentrar nossas energias na construção da greve. Não discordamos, aliás, nós do POR denunciávamos em mais de uma ocasião o quanto essa oposição era falsa. Afinal, mostrávamos que uma intervenção nas eleições sob o programa da *27 de Outubro* só poderia alavancar a luta.. Se não fosse assim, a chapa não justificava sua existência.

A atitude de romper com a chapa, independentemen-

te da decisão coletiva sobre a retirada e apoio à chapa situacionista propostos, tem um caráter liquidacionista. Tanto que colocou o MNN a fazer campanha contra a *27 de Outubro*. A razão de existir da *27 de Outubro* é a defesa das bandeiras e métodos de luta do movimento, em oposição à política direitista da frente PSol/PSTU, e a expressão, no terreno das eleições do DCE (que sabemos, não reflete mecanicamente as disputas travadas no movimento) a luta pela direção política do movimento estudantil da USP. A proposta de retirada desta chapa e voto crítico ou não na direção pelega é um duro golpe contra essa perspectiva, por isso é liquidacionista.

Os companheiros do MNN acabaram abandonando o programa da *27 de Outubro* durante as eleições. Mais grave, agora nos coloca no mesmo saco que as demais chapas. Ao falar sobre a possibilidade de uma vitória ainda maior sobre a *Reação*, diz: “isso teria acontecido se as diversas chapas de esquerda (que reivindicam todas a luta contra o Rodas e a PM), tivessem se unificado numa só chapa” (grifo nosso). Perguntamos: em qual material a *Universidade em Movimento* defendia a expulsão da PM? E o conteúdo da “saída da PM” defendido pela *Não Vou me Adaptar*, é o mesmo do “Fora PM” da *27 de Outubro*? O MNN não pode fazer essas diferenciações em seu balanço, pois isso desnudaria a fraqueza de sua posição.

E ainda nos acusa: “os setores de esquerda, infelizmente - e isso é de responsabilidade de todas as três chapas de esquerda - optaram por sobrepor seus interesses particulares, seus interesses de autoconstrução ou de mera disputa da entidade, aos interesses comuns dos estudantes em luta contra a repressão. Dividiram os estudantes que ainda querem lutar”. Novamente a distinção cumpre um papel lamentável. Quer dizer que a *27 de Outubro* estava disputando aparato somente?

Se parasse por aí, já estariam bastante errados, mas prosseguem com as barbaridades: “*assim, a direita estudantil não só seria esmagada, mas desmoralizada por completo e seu futuro ficaria comprometido, não só na USP, mas nacionalmente [sic!]. Além da USP, a direita ficaria desmoralizada em diversas universidades importantes e o setor de esquerda se fortaleceria*”. Então quer dizer que aquele grupo, o mesmo que dizia que as eleições eram secundárias, agora comparece defendendo que o método para derrotar a direita são... as eleições?!

A presença da direita não é uma novidade das eleições deste ano. Em 2009, disputou com o PSol voto a voto a vitória numa eleição com cerca de 9 mil votantes. Nesse ano, o MNN estava numa frente com o POR na chapa Poder Estudantil. Na ocasião, o MNN sequer cogitou retirar a chapa e apoiar os pelegos. A votação da direita foi praticamente a mesma este ano, só que em porcentagem bem menor, esteve muito longe de ameaçar o controle do

DCE pela frente MES/PSTU. Não há explicação do MNN para essa contradição. Mostrou não compreender que a luta política contra a direita se dá no campo da mobilização, e não meramente na disputa eleitoral. A disputa eleitoral não expressa mecanicamente o que se dá no terreno da mobilização. Pesa na disputa eleitoral o controle dos aparatos e o voto do estudante passivo, que não se mobiliza. Mesmo entre os que se mobilizam, não existe uma relação direta entre as resoluções tomadas nas assembleias e a escolha na papeleta eleitoral. Se havia uma luta a travar no campo da disputa eleitoral, era permitir que se expressasse nas eleições do DCE a defesa das bandeiras e dos métodos de luta do movimento, coisa que somente a chapa *27 de Outubro* poderia fazer. Os programas das demais chapas ditas “de esquerda” não expressam essas bandeiras e estão em oposição aos métodos de luta usados pelo movimento.

Certamente, somos contrários à tese da “traição” do MNN, defendida pelo PCO e LER – os companheiros sabem disso. Porém, devem perceber que o erro de avaliação anterior está conduzindo o MNN a cometer novos e graves equívocos. As críticas que fazemos aqui ao balanço que publicaram tentam demonstrar isso. Chamamos os camaradas a corrigir a linha política, começando por um balanço de seu prognóstico, que superestimava o peso da direita.

O PCO faz malabarismo novamente

O PCO publicou em seu *site* alguns textos de balanço das eleições para o DCE da USP. Tenta extrair dos números algumas conclusões, entre as quais encontramos a seguinte afirmação: “com grande quórum, eleição revelou não apenas a farsa que é a força da direita na universidade, como a grande fraqueza do centro (PSol/PSTU), que apesar de vitorioso não tem autoridade para controlar o movimento estudantil, que inevitavelmente o ultrapassará”. Não dá explicação razoável para a tese de que a direita não tem importância na USP: “a opinião direitista na universidade não passa de uma opinião residual”. A consequência dessa afirmação negligente é que não é preciso se preocupar ou combater a direita. PCO, com seu esquematismo, desconhece que a hegemonia da política reformista e centrista, representada pela frente PSOL/PSTU, abrirá caminho para o fortalecimento da direita hoje ultra-minoritária.

É absurda e subjetiva a avaliação de que o bloco vencedor nas eleições é fraco e que não terá condições de controlar as ações vindas da base. Basta que se avalie o papel de bloqueio ao movimento de “Fora a PM da USP” exercido pelo PSOL/PSTU para se ver que não é tão simples assim. Não se pode desconsiderar que o reformis-

mo e o centrismo constituem uma importante trava para a luta independente dos estudantes e para a sua evolução política sob a direção revolucionária do proletariado. Está aí por que o PCO não dá importância em seu balanço para a necessidade de se construir uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil para combater as direções conciliadoras, defendendo o método da ação direta, para que, a partir da própria experiência, os estudantes possam superar política e organizativamente o reformismo e o centrismo.

LER-QI: exitismo do chamado “antigovernismo”

A LER-QI avalia que a eleição mostrou que 76% dos votos foram antigovernistas (aí incluídos os votos petistas da Consulta Popular – votos petistas antigovernistas?!). Isso sem mostrar onde se podem encontrar essas posições antigovernistas nos programas das chapas ditas “de esquerda”. Também afirma que esses votos expressam que “os estudantes rejeitam a política de Rodas”. Para a LER-QI, a vitória da chapa da frente PSol/PSTU se deve ao voto útil contra a chapa da direita: “milhares de votos na “Não vou me adaptar” que expressam, mais que acordo com sua política, um voto “útil” contra a Reitoria e o PSDB”. Se a LER-QI estivesse correta nessa afirmação, teria de dar razão ao MNN, que rompeu com a *27 de Outubro* para apoiar a chapa *Não vou me Adaptar*, afirmando que o voto na frente PSol/PSTU seria expressão da luta contra Rodas.

A votação no PSol/PSTU não tinha como expressar uma luta contra o reitor/governo, por dois motivos: a prática dessa frente nunca foi de confrontar a reitoria/governo no último período, e o programa da chapa nunca pretendeu expressar o confronto com Rodas/governo. Nem essa chapa nem a *Universidade em Movimento*, e muito menos a chapa petista/estalinista. Um exemplo: a política do PSol/PSTU, de defesa de uma “política de segurança” ao invés do “Fora PM”, atraiu votos de estudantes conservadores, que não têm nada de antigovernistas, nem se opõem ao reitor/governo.

Mais uma vez, o esquematismo da LER-QI a obriga a criar artifícios para justificar sua política. Ele não permite que se enxerguem os fatos como são, sem enfeites: as eleições do DCE da USP são decididas pelo controle dos CAs e não expressam mecanicamente o que acontece no movimento real. Grande parte da vanguarda que se forjou na mobilização do final de 2011 votou na *27 de outubro*; parte dela foi arrastada ao voto útil. Mas afirmar que esse voto útil decidiu as eleições é ignorar a relação concreta que existe pela organização

das eleições em cada unidade pelos CAs. Isso explica também a votação da *Universidade em Movimento* e da direita, e o fraco desempenho da chapa governista que certamente não expressa nos seus 254 votos o apoio ao governo Dilma entre os estudantes.

O conteúdo do voto na 27 de Outubro

Os 503 votos obtidos pela *27 de Outubro* podem parecer pouco diante do total de 13 mil votos. É preciso levar em conta, porém que são votos dados em uma chapa que não dirige nenhum CA. Foram votos dados na maioria das vezes em oposição à direção do CA local. Votos politizados de defesa das bandeiras e métodos de luta da mobilização do final de 2011, uma luta de caráter político, de defesa da autonomia universitária contra a ingerência repressiva do governo. Votos que foram dados apesar das campanhas de calúnias da burocracia universitária, professores reacionários, imprensa burguesa e até mesmo de setores do movimento (acusação de vanguardismo, apesar do movimento de milhares nas ruas).

É possível que uma parte dos votos da *27 de Outubro* tenha sido desviada para o chamado voto útil na chapa situacionista. O MNN chamou, como eles mesmos afirmam, “algumas centenas ou até dezenas”, a votarem na frente PSol/PSTU. Certamente, a campanha da *27 de Outubro* seria mais forte com a participação dos militantes do MNN.

Tarefas do movimento estudantil

A eleição da frente PSol/PSTU para a direção do DCE mantém o movimento estudantil da USP sob uma direção conciliadora, incapaz de responder de conjunto as medidas privatistas, elitistas e de precarização aplicadas pela reitoria/governo. O desmonte da mobilização que se iniciou no ano passado coloca os estudantes em uma situação difícil, que favorece a ofensiva da reitoria. A tendência de luta que se manifestou e ultrapassou as direções e as pressões externas não conseguiu repetir o feito no início deste ano. O que não quer dizer que tenha se dissolvido. Mas se encontra em situação mais difícil para retomar a mobilização.

É preciso reorganizar a frente única que impulsionou as ocupações e a greve no ano passado para impulsionar essas tendências de luta ainda presentes, de forma a ganharem corpo suficiente para novamente se impor diante da política conciliadora da direção. A preservação das bandeiras e do método de luta, realizados pelas forças agrupadas na chapa *27 de Outubro*, é um passo nesse sentido.